

Proposta de Mestrado Profissional Interdisciplinar

Governança e Inovação em Políticas Públicas

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas (FACE)

Universidade de Brasília (UnB)

Estrutura conforme Manual APCN - Sucupira/CAPES - 2017

Sumário

Contextualização institucional e regional da proposta	2
Importância da proposta no contexto do plano de desenvolvimento da IES	4
Relevância e impacto regional ou microrregional da formação dos profissionais com perfil previsto	5
Caracterização da demanda a ser atendida	7
Histórico do curso	8
Cooperação e intercâmbio	13
Área de concentração	19
Linhas de Pesquisa/Atuação	20
Ação pública e inovação	20
Governança Pública e Terceiro Setor	21
Caracterização do curso – Detalhamento do curso	22
Nome	22
Periodicidade da seleção	22
Objetivo do curso	22
Perfil do egresso	22
Descrição sintética do esquema de oferta do curso	23
Diretrizes do trabalho final	24
Disciplinas	25
Corpo docente	58
Carga horária	60
Produção bibliográfica, artística e técnica	60
Projetos de pesquisa	62
Vínculos de docentes às disciplinas	70
Infraestrutura	72
Laboratórios para pesquisa	73
Caracterização do acervo da biblioteca	75
Financiamentos	76

Contextualização institucional e regional da proposta

Esta proposta de curso de mestrado profissional emerge do reconhecimento das novas demandas públicas por processos qualificados de promoção de governança e inovação em políticas públicas em Brasília. Objetiva-se a produção de estudos e pesquisas de intervenção interdisciplinares e inovadoras que colaborem, por meio da formação de profissionais de excelência, para o desenvolvimento de políticas públicas efetivas. Instâncias estatais e não-estatais voltadas à construção da governança pública podem ter seus profissionais e capacidades de atuação fortalecidos pelos sentidos reflexivos, dialógicos e práticos ora propostos. A capital federal hospeda órgãos centrais de todos os poderes da república e a representação dos principais órgãos e entidades que interagem com o setor público e que, de alguma forma, participam da formulação e do acompanhamento das políticas públicas.

Governar passou a exigir, nas últimas décadas, novas lógicas interacionais abertas a múltiplos atores oriundos do Estado e de fora dele, constituindo redes entre cidadãos, servidores públicos, políticos, empreendedores e cientistas para a produção da ação pública. Governar abre-se, cada vez mais, a uma possibilidade de tradução por governança e enseja métodos e processos relacionais inovadores. Em seus processos, a governança constrói novas dimensões de cooperação e coordenação não apenas entre atores individuais e coletivos, mas entre referenciais, experiências, técnicas, capacidades e recursos, designando os limites e possibilidades das políticas públicas. Essa atualização da morfologia estatal, com suas novas porosidades e atravessamentos, tanto confere diferentes traços às tomadas de decisões políticas, como também reinventa as estratégias de gestão pública.

Nesse contexto, a geração de inovações no campo das políticas públicas configura-se como uma condição para o envolvimento de atores heterogêneos, cujas demandas e interesses não encontram espaço de expressão na estrutura hierarquizada das relações entre Estado, sociedade e mercado embasadas em visões disciplinares, que não abarcam a complexidade dos problemas e desafios atuais. Inovação deixa de corresponder exclusivamente a produtos concretos, serviços ou processos rigorosamente descritos e passa a representar também novas formas de relacionamento institucional e novos olhares sobre os problemas que podem reconfigurar as políticas públicas. Em outras palavras, a inovação fundamenta-se na ação pública, sendo, simultaneamente, indutora e induzida pela pluralidade de envolvidos nas dinâmicas interacionais de governança. As demandas por resolução de problemas públicos e gestores emergentes correspondem a questões complexas que requerem a combinação entre novos diálogos, métodos e tecnologias, que perpassam múltiplos conhecimentos práticos e acadêmicos para viabilizar transformações. Fóruns, laboratórios e plataformas presenciais e digitais que reconhecem a diversidade de vozes e elos têm apontado para interessantes caminhos de mudança convergentes às necessidades públicas, com possibilidade de reinscrever as condições de exercício da cidadania em bases interdisciplinares.

Se, por um lado, as ações de governo aberto reivindicam a disposição estatal para o diálogo compreensivo, a transparência e a responsividade na prestação de contas para a sociedade civil e o mercado; por outro, tal abertura convida a sociedade para uma nova cultura política na qual importa, tanto quanto a vontade de participar, aprender a analisar e a intervir no Estado e em seus arranjos sociopolíticos, econômicos, gestionários, contábil-orçamentários e jurídicos. O desenho, a viabilização e a avaliação das políticas públicas que passam a ser compartilhadas nas dinâmicas que não mais fazem ‘para’, mas fazem ‘com’, reinscrevem as relações institucionais, federativas e intersetoriais para tornar a dimensão da aprendizagem *sine qua non* para a operacionalização de políticas efetivas.

Tendo em vista tal contexto, a interdisciplinaridade manifesta-se não apenas como um saber teórico, fruto de debates acadêmicos mas, principalmente, como uma necessidade que se coloca frente aos desafios contemporâneos, cujo imbricamento de questões políticas, econômicas, sociais, históricas e ecológicas exige ações públicas que transgridam as fronteiras disciplinares e ofereçam respostas aos problemas complexos e transversais que permeiam a atuação profissional e política de atores oriundos do primeiro, segundo e terceiro setores. Este envolvimento multiplica e enriquece as possibilidades e práticas de governança, de empreendedorismo, de *compliance* e de *accountability* que, em conjunto, contribuem para a sustentabilidade das organizações e das instituições.

A confluência de quatro grandes campos de conhecimento - Gestão de políticas públicas, Administração, Economia e Contabilidade, cada um com suas próprias influências de outros saberes - advoga novos olhares sobre o fazer profissional e sobre a reconfiguração dos problemas públicos. A construção interdisciplinar aqui proposta busca promover compreensões e respostas inovadoras, abrangentes e efetivas, necessárias à solvência dos problemas públicos contemporâneos.

A governança pública vincula-se a uma série de problemas e soluções oriundos das possibilidades de uso das inovações no setor público. As soluções selecionadas, por sua vez, variam a depender de uma série de fatores políticos e sociotécnicos. Inúmeros artefatos tecnológicos hoje existentes podem vir a atender demandas por práticas democráticas. A tecnologia blockchain, por exemplo, permite construir processos mais transparentes de repasse de recursos públicos, viabilizando o rastreamento desse repasse por todos aqueles interessados. Entretanto, não basta conhecer a inovação sob uma perspectiva técnica, mas a esta deve-se conjugar análises que permitam a compreensão de suas possibilidades e limitações também a partir de fatores políticos, culturais e organizacionais que interferem na adoção (ou não) das inovações.

Nesse sentido, os referenciais disciplinares e interdisciplinares selecionados para este curso compõem conhecimentos e saberes passíveis de serem aplicados e ressignificados na prática cotidiana da gestão pública, tendo como premissa o desenvolvimento de competências a partir de habilidades complexas, quais sejam a solução de conflitos, a solução de problemas públicos e a capacidade de transpor conhecimentos teóricos para a prática cotidiana de maneira reflexiva.

Esse desenho enseja constituir o ambiente da gestão pública como espaço de produção e coprodução de inovação.

O curso de mestrado profissional tem por objetivo formar gestores públicos e outros profissionais com interface com governos para aprimorar a produção de bens e serviços públicos relevantes e inovadores, compreendidos a partir do imbricamento entre governança e inovação na produção de políticas e programas públicos e seus instrumentos. Tal desafio, que compreende pensar nexos entre a realização de direitos na forma de políticas públicas, também exige a produção de conhecimentos interdisciplinares.

Importância da proposta no contexto do plano de desenvolvimento da IES

Esta proposta de Mestrado Profissional Interdisciplinar em “Governança e Inovação em Políticas Públicas” (GIPP) vai ao encontro das diretrizes estratégicas da Universidade de Brasília (UnB). Conforme seu Plano de Desenvolvimento Institucional 2018-2022, a UnB tem por propósito social “formar cidadãos éticos, qualificados para o exercício profissional, comprometidos com o desenvolvimento socioeconômico sustentável e com a busca de soluções inovadoras para os problemas do país”. Esse também é objetivo desta proposta. Ademais, entre os focos de atuação da UnB estão a excelência no ensino, o fortalecimento e promoção de pesquisa e inovação, com fomento à transferência de tecnologia e compartilhamento de conhecimentos e, destacamos, “integrar universidade e sociedade por meio de projetos voltados ao desenvolvimento sustentável e inclusão social, alicerçados em valores democráticos, estimulando ações interdisciplinares, intersetoriais e interinstitucionais e a simplificação de processos”.

É missão da UnB “ser uma universidade inovadora e inclusiva, comprometida com as finalidades essenciais de ensino, pesquisa e extensão, integradas para a formação de cidadãos e cidadãs éticos e qualificados para o exercício profissional e empenhados na busca de soluções democráticas para questões nacionais e internacionais, por meio de atuação de excelência”. Tais focos de atuação e missão convergem com os direcionamentos que regem a proposta de Mestrado Profissional Interdisciplinar ora apresentada.

A UnB está entre as melhores universidades do mundo. De acordo com a *Center World University Rankings* (CWUR), a UnB ocupa a 737ª posição. Já a *Times Higher Education* (THE) classifica a UnB enquanto uma das 450 melhores universidades do planeta, a 16ª melhor universidade da América Latina e 11ª melhor universidade do Brasil. Por sua vez, o Ranking Universitário Folha (RUF) estabelece a UnB como 9ª melhor do país. A proposta de pós-graduação em GIPP, tão afilada aos princípios da UnB, fortalecerá ainda mais as capacidades da prestigiosa universidade na viabilização de seus propósitos e melhoria de seus indicadores.

Além da convergência com as finalidades e diretrizes da UnB, a proposta de mestrado profissional apresenta originalidade com relação aos demais cursos de mestrado profissional da universidade e da região, e com as propostas de mestrado e doutorado acadêmicos já existentes. A Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas (FACE),

unidade sede do curso, apresenta três cursos de mestrado e doutorado acadêmicos (vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA), ao Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGECO), e ao Programa de Pós-Graduação em Contabilidade (PPGCont)); e dois cursos de mestrado profissional, vinculados ao PPGA e ao PPGECO. Vale ressaltar que todos eles possuem perspectiva eminentemente disciplinar, distinguindo-se dos propósitos do GIPP. Ainda no âmbito da UnB, mas externo à FACE, existe o Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública da Faculdade UnB Planaltina (FUP), ligado à área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo da CAPES.

O GIPP poderá contribuir com a formação de estudantes e com processos de pesquisa e desenvolvimento voltados às possibilidades de codesign e coprodução de inovação e mudança em políticas públicas elaboradas pela União em sua relação com atores do mercado e da sociedade, considerando ainda articulações interfederativas para a realização destas políticas. Devido às características de nossa abordagem, à composição do corpo docente e ao perfil de egressos pretendido, propomos nossa vinculação à área Interdisciplinar, ressaltando a distinção entre esta proposta e as demais vigentes nos mencionados cursos de mestrado profissional. Ademais, nos colocamos como parceiros potenciais para esses e outros cursos da UnB, no que tange ao desenvolvimento de pesquisas e ações voltadas à GIPP.

Tendo em vista o caráter interdisciplinar entre ciências sociais aplicadas e ciências humanas, este Mestrado Profissional Interdisciplinar considerará as ciências de gestão, a economia, as ciências contábeis, a filosofia, a sociologia e a ciência política não apenas enquanto parâmetros teórico-metodológicos, mas como trajetórias da atuação e formação de seus docentes e discentes e aspectos da organização da área de concentração, das linhas de pesquisa e da oferta de disciplinas. As linhas de pesquisa também se distinguem daquelas estabelecidas pelos demais cursos: a estrutura entre “Ação Pública e Inovação” e “Governança Pública e Terceiro Setor” representam traços específicos desta proposta e apontam, inclusive, para a viabilização dos propósitos fundamentais da UnB e da Pós-Graduação Profissional: melhorar a qualidade da atuação profissional nos âmbitos da gestão pública e social, com ética e excelência, fomentando processos interventivos inovadores e resultados efetivos por integrar conhecimentos acadêmicos de ponta a conhecimentos práticos.

Relevância e impacto regional ou microrregional da formação dos profissionais com o perfil previsto

Os egressos do curso serão capazes atuar de maneira interdisciplinar, elaborando instrumentos e soluções inovadoras para construir um ambiente institucional voltado a práticas de governança em que a articulação dos conhecimentos multidisciplinares no corpo das disciplinas e na estrutura metodológica do Programa, intentam promover o conhecimento integrado e articulado dos saberes e conhecimentos necessários à organização do Estado e de suas interfaces para viabilizar as políticas públicas. Essa articulação é necessária para a realização da missão precípua do Estado, qual seja a de realizar os preceitos constitucionais. Será possível, ainda, apoiar e

promover a inovação como uma possibilidade de um projeto de desenvolvimento local, regional e nacional integrado e articulado. Ressalte-se a relevância dos profissionais que atuam junto às áreas contábeis e financeira dos órgãos públicos na condução das definições do planejamento e da implementação orçamentária das políticas públicas e do aparelho estatal no seu conjunto. Nesse contexto, a interface entre pesquisadores da área contábil e orçamentária, da sociologia, da economia, da gestão pública, das políticas públicas, do planejamento regional, faz-se relevante na formação e aprimoramento da formação de servidores públicos ou em atividades de consultorias que permeiam as ações de governo, envolvendo organizações sem fins lucrativos, empresas públicas e instituições nacionais e internacionais.

Os mestres em GIPP estarão aptos à gestão dialógica para a solução de problemas públicos e para a implementação de políticas públicas; poderão estimular novas dinâmicas institucionais e sociopolíticas disruptivas e serão, ainda, capazes de colaborar com a produção de técnicas e políticas para o desenvolvimento socioeconômico sustentável local, regional e nacional.

Nossa qualidade de ‘Capital Federal’ e nossa proximidade física com o centro do poder político-administrativo nacional confere especial relevância ao estudo contínuo e sistemático da governança e da inovação em políticas públicas e explicita não apenas a importância, mas a urgência de um programa interdisciplinar de pós-graduação, sediado pela UnB, capaz de aliar análises quantitativas a abordagens qualitativas, à observação direta, a métodos de análise documental e à possibilidade de investigações e intervenções sustentadas por densos trabalhos de campo, que se debruçarão sobre as práticas políticas cotidianas. Justifica-se, ainda, pela potência dos debates sobre as múltiplas formas de governar, sobre os espaços a serem ocupados pelo Estado e pelos demais atores sociopolíticos, sobre os meios de ação e, ainda, sobre que tipos de políticas públicas atendem à complexidade e às necessidades da sociedade brasileira contemporânea.

Acrescenta-se que a proposta faz-se pertinente por reconhecer que o universo de servidores federais ativos ultrapassa um milhão de pessoas, existindo uma Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal cujos investimentos e projetos são acompanhados pelo Comitê Gestor. Além disso, os órgãos públicos definem seus programas de capacitação e liberação de servidores. No âmbito do Distrito Federal, são quase 130.000 servidores ativos. Tanto no nível federal quanto no distrital, parte dessa capacitação vem sendo realizada por meio de acordos com a UnB em todas as áreas relevantes para a prestação de serviços públicos. Neste sentido, o curso proposto de GIPP atenderá também a estes profissionais, promovendo tanto uma ampliação do conhecimento quanto o desenvolvimento de novas abordagens e visões.

O Curso ora proposto trará consigo abordagem voltada à promoção de processos de governança em redes de políticas públicas e ao estímulo de competências e habilidades para a inovação e mudança, com sentidos de intervenção sociopolítica, para aperfeiçoar a efetividade de bens e serviços públicos. Esse desenho é aberto a profissionais do setor público, do setor privado e do setor público não-estatal e, por seu propósito, abertura e caráter interdisciplinar, distingue-se dos demais cursos profissionais oferecidos no Centro-Oeste.

Há doze cursos de mestrados profissionais correlatos a políticas públicas e seus processos gerenciais no Centro-Oeste, em instituições prestigiosas como a UnB, a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), a Universidade Federal de Goiás (UFG), a Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), o Instituto Federal do Mato Grosso (IFMT), a Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT), a Universidade Católica de Brasília (UCB), o Centro Universitário de Brasília (IESB), o Instituto de Direito Público (IDP) e a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Apenas esta proposta traria para a região o enfoque da governança e da inovação em políticas públicas, inclusive como área de concentração. Ademais, a rede de cursos de mestrado profissional, grupos de pesquisa e iniciativas de extensão voltadas a políticas e gestão pública poderá ser fortalecida pela eventual instauração do GIPP.

Caracterização da demanda a ser atendida

Brasília, por ser a capital do país, concentra em seu território as principais instituições de caráter nacional e internacional. Os poderes executivo, legislativo e judiciário brasileiros, organizados em dezenas de instituições setoriais, estão sediados em espaços próximos a agências da Organização das Nações Unidas (ONU), da Organização dos Estados Americanos (OEA), da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), agências de financiamento e cooperação internacional como o Banco Mundial, FMI, etc. Partidos políticos, confederações sindicais e organizações não-governamentais também contam com sedes nacionais no Distrito Federal.

Regionalmente, Brasília participa de modo protagonista da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF), constituída pelas 31 regiões administrativas do Distrito Federal, por vinte e nove municípios de Goiás e quatro municípios de Minas Gerais. Brasília também é sede da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), responsável por contribuir para o desenvolvimento e a redução das desigualdades regionais, estimulando planos, programas e laços entre setor público e privado, sociedade civil e organizações internacionais.

Também é relevante para esta proposta atender à demanda para qualificação de profissionais e gestores atuantes na aplicação e análise dos recursos da sociedade colocados à disposição das Organizações da Sociedade Civil, seja por meio de transferência direta de recursos financeiro-orçamentários, seja por meio de renúncia fiscal de tributos federais, estaduais e municipais. Inserem-se, neste contexto, as Organizações da Sociedade Civil que exercem atividades de educação, saúde, assistência social e outras que são beneficiadas com recursos públicos para execução de projetos, de forma direta e/ou indireta, cuja prestação de contas deve explicitar e comprovar os benefícios efetivamente obtidos pela população-alvo e/ou pelo meio ambiente, com a alocação adequada dos recursos, como resultado dos serviços dos prestados pela Organização da Sociedade Civil.

Nesta proposta, compreende-se desenvolvimento enquanto conjunto de mudanças promovidas por articulações transversais, em governança aberta, multiatorial, exigente de dispositivos tecnopolíticos entre as fronteiras entre o estatal e do não-estatal, transitando do local ao transnacional. Por voltar-se à produção de pesquisa e intervenção para construção de desenvolvimento, justifica-se a instauração do Mestrado Profissional Interdisciplinar GIPP em Brasília, onde será possível produzir conhecimentos, técnicas, capacidades e habilidades relevantes.

Histórico do curso

A proposta de Mestrado Profissional Interdisciplinar em Governança e Inovação em Políticas Públicas (GIPP) é realizada com o sentido de convergência entre as iniciativas de caráter inter e transdisciplinares do campo da GIPP, nos âmbitos da pesquisa, ensino, extensão, cooperação internacional e popularização de conhecimentos em ciência e tecnologia que vêm ocorrendo no seio da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas (FACE) da Universidade de Brasília.

No início dos anos 2000, novos cursos relacionados à gestão pública e às políticas públicas começaram a estabelecer formatos interdisciplinares, com diferentes nomenclaturas, tais como administração pública, gestão de políticas públicas, políticas públicas, gestão social, dentre outros. Esse movimento levou à reorientação de processos avaliativos pelas agências de regulação e fomento nacionais. Tais esforços vêm sendo realizados por uma articulação nacional de professores e pesquisadores, culminando no estabelecimento do chamado Campo de Públicas. Professores que participam desta proposta de mestrado profissional são também engajados no processo científico e profissional de fortalecimento do Campo de Públicas, que traz em seu repertório temático de modo relevante as dinâmicas de governança e inovação em políticas públicas.

Professores vinculados ao Departamento de Gestão de Políticas Públicas (GPP), por seu envolvimento com os propósitos deste projeto, são condutores desta proposta, em parceria com colegas atuantes nos demais departamentos da FACE. Os professores de GPP têm trajetórias acadêmico-profissionais nas áreas da sociologia, da gestão pública, da economia, da geografia humana, da psicologia organizacional do planejamento urbano e territorial, de estudos da integração latino-americana e do desenvolvimento e cooperação internacional. Articulam-se a colegas da FACE que atuam nos campos das ciências contábeis, da economia política, da administração, da psicologia e da engenharia. Colaboram com esta proposta também dois colegas externos à Universidade de Brasília, uma atuante no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e um no Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), ambos profissionais com nível de doutorado e atuantes em ciências sociais e jurídicas.

Esta configuração surge do entendimento de que a complexidade dos relacionamentos socioestatais para a realização das políticas públicas transcende os limites do campo da gestão pública e engloba os conhecimentos das demais áreas envolvidas neste projeto. Tal consideração da diversidade assemelha-se àquela presente na composição e nos propósitos dos grupos e laboratórios de pesquisa liderados (ou co-liderados) por docentes-pesquisadores desta proposta. São os casos dos grupos Estudos e Pesquisas em Governos Locais (GEPGL); Previdência Social no Brasil: equilíbrios e perspectivas; Laboratório de pesquisa no terceiro setor (LPETS), que participam da linha de pesquisa “Governança Pública, Terceiro Setor e Contabilidade”; dos grupos Estado, Regulação, Internet e Sociedade (GERIS); Laboratório de Pesquisas sobre Ação Pública para o Desenvolvimento Democrático (LAP2D); Inovare de Estudos sobre Mudança nas Organizações e Redes Sociais; Laboratório de Gestão de Políticas Penais (LabGEPEN); Lei e Sociedade; Gestão e Políticas do Trabalho (GEPOLT); Processos de Inovação e Aprendizagem em Políticas Públicas e Gestão Social, que compõem a linha de pesquisa “Ação Pública e Inovação”; e do Grupo de Pesquisa em Instrumentos e Tecnologias de Gestão (GEPIN), que participa das duas linhas de pesquisa.

Os laboratórios e grupos mencionados articulam-se internacionalmente, como são os casos do GEPIN, do LAP2D e do GERIS, que colaboram com iniciativas de pesquisa ibero-americanas do campo da gestão pública e inovação em relações com o *Grupo de Investigación en Gobierno, Administración y Políticas Públicas* (GIGAPP), e da *Red Tecnopolítica*. O LAP2D também estabeleceu painel voltado à Governança Intersetorial durante a *IV International Conference on Public Policy* (ICPP) (Painel T06P05, Montreal, 2019). O GERIS viabilizou em Brasília o I e o II Simpósios Internacionais em Inovação e Governança Digital (UnB e Fiocruz, 2014 e 2016). O LabGEPEN, por sua vez, colaborou neste ano com diálogos voltados à reforma da gestão penitenciária na Bolívia e realizou na FACE/UnB o I Seminário Internacional em Gestão de Políticas Penais (UnB, 2018). Também o grupo Processos de Inovação e Aprendizagem em Políticas Públicas e Gestão Social já realizou na Universidade de Brasília duas edições do “Seminário Internacional Perspectivas Democráticas em Políticas Públicas”, contando com a participação de palestrantes da *SciencesPo* (França), da Universidade de Barcelona (Espanha), da Universidade de Bolonha (Itália) e da Universidade de Humboldt (Alemanha). Ademais, o Laboratório de pesquisa no Terceiro Setor (LPETS) vem coordenando esforços para estabelecer na UnB, neste ano, a Conferência Internacional do Terceiro Setor, junto a pesquisadores da *Aston Business School* (Inglaterra) e da *Universidad Tecnica Federico Santa Maria* (Chile). Há ainda iniciativas transnacionais de pesquisa no campo do desenvolvimento metropolitano e socioeconômico em parceria com o *Institut de Recherche sur le Développement* (IRD, Paris) e com a Universidade de Colônia (Alemanha); e iniciativas em colaboração com o Núcleo de Estudos Amazônicos (NEAZ), contribuindo com a organização do I e do II Fórum Internacional sobre a Amazônia (FIA), realizados em 2015 e 2019.

Há ainda iniciativas extensionistas, que são viabilizadas no seio dos grupos liderados por professores do GIPP. São os casos dos Projetos de Extensão do LPETS, do grupo Processos de Inovação e Aprendizagem em Políticas Públicas e Gestão Social e do GEPOLT, este último inclusive realizando atividade de extensão inovadora em “Tecnologias sociais de geração de

emprego, trabalho e renda para mulheres na Cidade Estrutural” no Pólo da Estrutural da UnB. O LabGEPEN também realiza ações extensionistas, no formato de cursos abertos à comunidade.

A construção desse programa reforça a identidade entre os docentes que já se reconhecem para atuação conjunta em projetos coletivos, inclusive, com aliados institucionais. É o caso do projeto de pesquisa em andamento sobre Governança para Instituições do Ensino Superior, coordenado pela professora Magda Lúcio, com participação de docentes do CCA e do GPP, realizado para a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação. É também o caso do curso em andamento de especialização em “Orçamento e Políticas Públicas”, oferecido para o Ministério da Saúde, coordenado pelo professor José Marilson Dantas, com ministração de disciplinas por professores do CCA e do GPP. O Ministério da Saúde também apoiou, em 2017, o desenvolvimento da pesquisa de aprimoramento da articulação e cooperação interfederativa para análise, estudos e apoio ao planejamento, regionalização e articulação entre os entes federados frente à gestão do SUS, coordenada pela professora Magda Lúcio. Os professores Doriana Daroit (ADM), Luiz Fernando Bessa (GPP) e Magda Lúcio (GPP) também desenvolveram com outros colegas da FACE, em 2013, uma metodologia de planejamento estratégico para a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH).

Ainda no âmbito das redes nacionais, docentes que estruturam esta proposta cooperam com associações científicas como a Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (ANEPCP), a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociais e Humanidades (ANINTER - SH), a Rede de Pesquisadores em Gestão Social (RGS) e ainda com o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia do CNPq para a Democracia Digital (INCT-DD). Foram organizados por professores componentes desta proposta importantes eventos tais como o V Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades (CONINTER, UnB, 2016), o I Fórum das Pós-Graduações Interdisciplinares (UnB, 2018), e o I e II Encontros Nacionais de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (ENEPCP, UnB, 2015 e 2017). No último caso, cinco professores participantes desta proposta continuam contribuindo com a ANEPCP para a terceira edição do evento, previsto para este ano (III ENEPCP, Natal, 2019), seja na comissão científica ou na coordenação de sessões temáticas correlatas a GIPP.

O núcleo que articula as iniciativas desses campos diversos consiste na compreensão de que tanto para o olhar inovador sobre os problemas, quanto para a construção de novos relacionamentos institucionais cooperativos que levem a cabo a tarefa de promover maior efetividade das políticas públicas, a construção de saberes e as intervenções sobre a realidade deles decorrentes requer o diálogo entre distintas ciências.

As tecnologias e as inovações têm sido abordadas em seu significado econômico a partir da organização industrial e do trabalho, como nas obras de clássicos da economia política (Adam Smith, David Ricardo, Thomas Malthus) e da crítica da economia política (Karl Marx e Friedrich Engels), e como fontes da dinâmica econômica e tecnológica e de desenvolvimento dos países na economia evolucionária, a partir dos anos 1970, a qual deriva dos estudos pioneiros de Joseph

Schumpeter. No Brasil dos anos 1950, Celso Furtado, ligado ao pensamento estruturalista e desenvolvimentista latino-americano, problematizou a relação entre (sub)desenvolvimento e (incorporação inapropriada do) progresso técnico.

Do ponto de vista conceitual, nestas abordagens de origem econômica, as inovações são entendidas como novas combinações de recursos tangíveis e intangíveis ligadas a pressupostos científicos (principalmente positivistas) de conhecimento e intervenção sobre o mundo. Seriam desenvolvidas no intuito de solucionar problemas nas mais variadas áreas das atividades humanas e, principalmente, gerar lucros para as empresas que as utilizam e produzem, e desenvolvimento tecnológico para os países.

Outra linha de investigação surge com os autores da Escola de Frankfurt, como Walter Benjamin, Theodor Adorno, Max Horkheimer e Jürgen Habermas que, partindo de estudos marxistas, desenvolveram a crítica da Modernidade, aliando à crítica política e social à crítica científica e tecnológica. Esta abordagem que não desvincula economia e sociedade na geração de inovações consolidou-se nos anos 80 como estudos sociais da ciência e tecnologia e foi responsável por ampliar a compreensão da importância das inovações em nossa organização política e social. Conceitualmente, esta compreensão de inovação representaria a capacidade da ciência de gerar ferramentas de ação sobre a natureza e a sociedade, assumindo um papel central na maneira como nos relacionamos com o mundo que nos cerca e do qual fazemos parte. Essa centralidade das tecnologias e inovações em nossas relações com o mundo e nossa dependência de suas aplicações, desenvolvimentos e efeitos para a organização das sociedades acabou por ampliar os estudos sobre seus significados e papéis, bem como sobre a dinâmica de sua geração.

Os mecanismos culturais e sociais de construção das inovações, seus impactos e influências, passaram a abarcar a compreensão de redes sociotécnicas ou tecnopolíticas e a representação de valores e significados imbricados na construção e uso das inovações. Considerando estes aportes à compreensão e estudo das tecnologias, entendemos as mesmas como relações concretas que são estabelecidas entre elementos imateriais e materiais que dão suporte a uma visão específica de mundo e que constroem novas relações e elementos em um processo dinâmico e transformador.

A governança também possui inicialmente uma trajetória ligada ao setor privado. Os estudos de Ronald Coase na década de 1930 e, posteriormente, de Oliver Williamson indicam a necessidade de mecanismos de coordenação interna e externa às firmas como forma de influenciar sua competitividade. Nos anos 1960, desenvolve-se o termo governança corporativa que se refere à estrutura e ao funcionamento do conjunto de políticas de uma organização embasado em articulações de poder entre os acionistas. Esta visão institucionalista resulta no desenvolvimento de instrumentos e técnicas de gestão que, atualmente, disseminaram-se pelo setor privado.

Para reconhecer tal trajetória histórica no campo de GIPP no setor público, embora já presente nos anos 1970, a literatura da governança desenvolve-se mais fortemente na década de 1980 com base nos documentos e recomendações do Banco Mundial, os quais se referem à governança

como o exercício do poder estatal para a condução de políticas públicas econômicas e sociais e seus resultados sobre o desenvolvimento. A governança torna-se, assim, relacionada ao bem comum e à democracia. Esta visão inicial desenvolve-se sempre ligada à concertação de interesses, englobando atores heterogêneos e sua participação democrática e volta-se para mecanismos de *accountability* e controle social como essenciais aos processos democráticos que orientam as relações entre Estado, mercado e sociedade.

O PPGGIPP e as iniciativas de pesquisa que o suportam congregam os propósitos da UnB, onde também se situam. Concebida junto ao projeto de construção de Brasília, a UnB foi instaurada em dezembro de 1961. A Fundação Universidade de Brasília, mantenedora da UnB, é Pessoa Jurídica de Direito Público Federal instituída pela Lei nº 3.998 de 1961, sob o CNPJ 00.038.174/0001-43. Em sua criação e idealização, foram indispensáveis aos propósitos gerais o antropólogo Darcy Ribeiro. No que tange aos sentidos pedagógicos, protagonizou Anísio Teixeira. Já a proposta arquitetônica da Universidade ficou a cargo de Oscar Niemeyer.

A UnB é conformada por quatro campi: situado na Asa Norte está o campus Darcy Ribeiro, desde a fundação da universidade; o campus Planaltina, o campus Gama e o campus Ceilândia, situados em Regiões Administrativas de mesmo nome, foram instaurados entre 2006 e 2008.

Situada no Campus Darcy Ribeiro e instituída em 2003, a FACE substituiu a antiga Faculdade de Estudos Sociais e Aplicados da UnB. Em sua instauração, a FACE era composta pelos Departamentos de Ciências Contábeis e Atuariais, Economia e Administração. Em 1963, estabeleceu-se o curso de Economia; 1966, o curso de Administração; em 1977, o curso de Ciências Contábeis e Atuariais. Em 2009, o curso de Gestão de Políticas Públicas passou a integrar a unidade na qualidade de consórcio e, em 2015, na qualidade de Departamento.

A Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas (FACE) conta com grupos de pesquisa consolidados, iniciativas em extensão universitária, iniciativas de especialização e programas de pós-graduação tanto na modalidade acadêmica (quais sejam: Economia, Ciências Contábeis e Administração) como também na modalidade profissional. Inclusive, a Faculdade já possui tradição na oferta de cursos *strictu sensu* de qualidade em modalidades acadêmica e profissional. A FACE, unidade sede do curso, apresenta três cursos de mestrado e doutorado acadêmicos e dois cursos de mestrado profissional, todos eles vinculados à áreas de concentração eminentemente disciplinares.

O Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA/FACE/UnB) existe desde 1976 enquanto curso de mestrado, sendo o doutorado estabelecido em 2006. O PPGA também apresenta o curso de Mestrado Profissional em Administração Pública, desde 2004, direcionado para turmas de órgãos públicos. Ainda no âmbito da FACE, o Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (PPGCONT) possui como objetivo a formação de pesquisadores na área. O Programa de Pós-Graduação em Economia da FACE/UnB trata de temas relacionados à política

econômica e sua relação com outras políticas públicas como educação, saúde, previdência social e infraestrutura.

A proposta de curso novo ora apresentada visa preparar os discentes para a atuação e intervenção em processos multitoriais, cujos atores são, além de servidores públicos, também profissionais do mercado e de organizações sociais que possuam interface com o setor público na elaboração e realização de políticas públicas. O GIPP distingue-se por abordar fundamentalmente as políticas públicas por meio dos referenciais da governança e da inovação, no âmbito da ação pública. Assim, o enfoque é original por trazer com centralidade a concertação de diferentes atores na promoção de inovações públicas, sendo a gestão apenas um dos elementos considerados no arcabouço interdisciplinar proposto. Não há equivalência entre propósitos, áreas de concentração e linhas de pesquisa entre os programas da FACE, mas sim sentidos potenciais de articulação de saberes e iniciativas, dada a complementaridade de abordagens.

Os componentes do corpo docente que configuram a proposta ora apresentada possuem trajetórias acadêmico-profissionais que, se por um lado os vinculam aos departamentos de graduação da FACE, por outro lado os levam a reconhecer as demandas contemporâneas de tomada em conta da multidimensionalidade dos problemas públicos e da necessidade de articulações de saberes e práticas oriundos de diferentes áreas para a consecução da transformação e da efetividade em políticas públicas. Tal reconhecimento dos desafios atuais aponta para a importância da construção do GIPP como um novo programa de pós-graduação na FACE/UnB, congregando sentidos dialógicos e interdisciplinares.

Cooperação e intercâmbio

Os membros do corpo docente envolvidos com esta proposta atuam em iniciativas de pesquisa, desenvolvimento e articulação da comunidade científica junto a instituições, associações e redes nacionais e internacionais. Há diversos processos de colaboração interinstitucional em curso, destacamos os mais relevantes:

Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (ANEPCP)

- [Christiana Freitas, Magda de Lima Lúcio, Rosana Boullosa \(participam do Conselho Consultivo da ANEPCP\); Ana Paula Vidal Bastos; Doriana Daroit, Fernanda Natasha Bravo Cruz, Luiz Fernando Macedo Bessa \(colaboram com outras iniciativas da ANEPCP\).](#)
- A noção de campo de públicas é compreendida como campo multidisciplinar de ensino, pesquisa e fazeres tecnopolíticos, no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas e das Ciências Humanas, que se volta para assuntos, temas, problemas e questões de interesse público, de bem-estar coletivo e de políticas públicas inclusivas, em uma renovada perspectiva republicana ao encarar as ações governamentais, dos movimentos da sociedade civil organizada e das interações entre governo e sociedade, na busca do desenvolvimento socioeconômico sustentável, em contexto de aprofundamento da

democracia. Sua expressão no âmbito do ensino é configurada por um número crescente, notadamente a partir de 2005, de cursos de graduação, sobretudo de bacharelado, com as denominações de Administração Pública, Gestão de Políticas Públicas, Gestão Pública, Gestão Social e Políticas Públicas. No âmbito da pós-graduação também vem despontando grande número de novos cursos, com variadas denominações particulares. Conquistou reconhecimento e identidade institucional em 2014, como campo de formação acadêmica e profissional, com a edição de Diretrizes Curriculares Nacionais próprias. Nesse contexto, vem se estabelecendo a Associação Nacional de Ensino e Pesquisa no Campo de Públicas (ANEPCP). Há 06 professores do Departamento de Gestão de Políticas Públicas (GPP) que participam desta proposta e são representados pela associação, tendo colaborado com os Encontros Nacionais e Fóruns promovidos pela associação. Três dentre eles atuam ou atuaram na diretoria ou no conselho consultivo da ANEPCP.

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociais e Humanidades (ANINTER - SH)

- [Doriana Daroit \(é tesoureira da ANINTER-SH\), Luiz Fernando Macedo Bessa \(participa da ANINTER-SH na condição de coordenador de curso interdisciplinar\)](#)
- A ANINTER-SH é composta por programas de pós-graduação da área Interdisciplinar da CAPES, sendo que a maioria dos programas associados pertencem às Câmaras I e II. No entanto, especialmente nos últimos dois anos, a associação vem envolvendo programas de outras câmaras, por meio de seu congresso anual - Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades em sua oitava edição em 2019, e do apoio ao fórum de coordenadores da área - Fórum de Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação Interdisciplinares em sua terceira edição em 2019, de forma a ampliar os debates acadêmicos e também sua representatividade. A ANINTER-SH busca promover a interação dos programas interdisciplinares, com o objetivo de gerar trocas de experiências que englobam tanto a pesquisa quanto os desafios de gestão dos programas interdisciplinares. Esta proposta surgiu da necessidade de definir de forma mais adequada os critérios para o entendimento do que seja uma ciência interdisciplinar e como a mesma deve ser avaliada. No corpo docente proposto para o PPGGIPP há docentes que participam da ANINTER-SH (uma docente é membro da Diretoria da associação) e contribuem com os debates que têm sido acolhidos no âmbito da CAPES.

Rede de Pesquisadores em Gestão Social (RGS)

- [Luiz Fernando Macedo Bessa, Rosana Boullosa \(participam da RGS\).](#)
- A noção de Gestão Social se aproxima de um ideal de gestão significativa e situada em seus processos dialógicos, mobilizadores, democráticos, inclusivos e emancipadores, contrapondo-se cada vez a processos gerencialistas tradicionais, isolados, burocráticos, privatistas e mercantis. O propósito da Rede e de seus pesquisadores inclui pensar a gestão como um processo que se dá a medida que atores sociais diversos se mobilizam, se conectam e criam formas inteligentes de aprendizagem ativa e desenvolvimento conjunto para organizações públicas, privadas ou sem fins lucrativos. A Rede de

Pesquisadores em Gestão Social congrega docentes e estudiosos de todo o país e já organizou dez edições de seu Encontro Nacional de Gestão Social (ENAPEGS).

Conselho Federal de Contabilidade (CFC)

- José Antônio de França, membro da Comissão Administradora do Exame de Qualificação Técnica (CAE) – Perito Contábil
- O CFC é uma Autarquia Especial Corporativa dotada de personalidade jurídica de direito público O CFC é integrado por um representante de cada estado e mais o Distrito Federal, conforme a Lei 11.160/05 e tem, entre outras finalidades, o propósito de orientar, normatizar e fiscalizar o exercício da profissão contábil, por intermédio dos Conselhos Regionais de Contabilidade, cada um em sua base jurisdicional, nos Estados e no Distrito Federal; decidir, em última instância, os recursos de penalidade imposta pelos Conselhos Regionais, além de regular acerca dos princípios contábeis, do cadastro de qualificação técnica e dos programas de educação continuada, bem como editar Normas Brasileiras de Contabilidade de natureza técnica e profissional.

Câmara técnica de Normas Contábeis e de Demonstrativos Fiscais da Federação (CTCONF)

- Diana Vaz de Lima, representante titular da Confederação Nacional de Municípios (CNM)
- A CTCONF é responsável por subsidiar a elaboração, pela secretaria do tesouro nacional, das normas gerais relativas à consolidação das contas públicas referidas na Lei de Responsabilidade Fiscal. Tem caráter técnico e consultivo, manifestando-se através de recomendações consignadas em atas, e deve nortear-se pelo diálogo permanente, tendente a reduzir divergências e duplicidades, em benefício da transparência da gestão contábil e fiscal, da racionalização de custos nos entes da federação e do controle social.

Grupo de Investigación en Gobierno, Administración y Políticas Públicas (GIGAPP) e Universidade Federal do Rio Grande do Norte

- Doriana Daroit, Christiana Freitas, Luiz Fernando Macedo Bessa (participam de acordo formal com o GIGAPP e a UFRN); Fernanda Natasha Bravo Cruz, Magda de Lima Lúcio, Diana Vaz de Lima, Rosana Boullosa (colaboram com outras iniciativas do GIGAPP).
- O Grupo de Investigación em Governo, Administração e Políticas Públicas consiste em associação sem fins lucrativos, de âmbito internacional, estabelecido sob a lei espanhola. O GIGAPP é uma iniciativa impulsionada por acadêmicos e pesquisadores com o propósito de contribuir ao debate e à geração de novos conceitos, enfoques e marcos de análises nas áreas de governo, gestão e políticas públicas, fomentando a criação de espaço de intercâmbio e colaboração permanente, e facilitando a construção de redes e projetos conjuntos sobre a base de atividades de docência, investigação, assistência técnica e extensão. Há quatro professores do GPP e uma professora do Adm que participam desta proposta e colaboram com o GIGAPP em termos de atuação na rede de pesquisadores, colaboração frequente com a coordenação e participação em grupos de trabalho do

Congresso Internacional em Governo, Administração e Políticas Públicas (que estará em sua décima edição em 2019) e em acordo de cooperação entre a UnB, o GIGAPP e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) para o desenvolvimento de pesquisa internacional interdisciplinar, afeita aos temas de governança e inovação em políticas públicas. Por meio do GIGAPP, os pesquisadores contribuem também com o Grupo de Trabalho Projeto Latinno, sediado na Universidade de Humboldt, a primeira base de dados sistemática sobre as novas formas de participação em curso na América Latina, as chamadas inovações democráticas. O Latinno coletou dados sobre a evolução das inovações democráticas em 18 países da América Latina entre 1990 e 2016, codificados para 43 variáveis relacionadas ao contexto, ao desenho institucional e ao impacto de cada inovação.

Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT.DD)

- **Christiana Freitas (líder do Grupo de Pesquisa Estado, Regulação, Internet e Sociedade, que participa do INCT.DD)**
- O Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT.DD) é composto por uma rede de pesquisadores e universidades que reúne e coordena capacidade instalada em alto nível científico para atuar nos mais diversos campos da democracia e do governo digitais. Os projetos do INCT.DD envolvem a realização de estudos, prospecções e levantamentos que subsidiam a tomada de decisão no planejamento e nas várias fases da implementação de projetos, com relatórios na forma de benchmark e com a indicação de procedimentos e formatos considerados ideais (melhores práticas) para a concepção a ser adotada; o provimento de expertise técnico-científica na forma de assessoria e consultoria; planejamento (preparação e concepção) e implementação de projetos; desenvolvimento de soluções digitais ou supervisão do desenvolvimento técnico; desenvolvimento e aplicação de instrumentos de avaliação; o acompanhamento de projetos e iniciativas em execução, incluindo-se prova do conceito e avaliação de maturidade, segundo padrões internacionais; treinamento da equipe de TI e de governança de projetos; formação acadêmica qualificada para técnicos e agentes envolvidos no planejamento, na gestão e na execução de projetos; auxílio às instâncias governamentais no cumprimento das exigências legais relacionadas à transparência pública e fiscal e a dados abertos governamentais, nomeadamente, o que determinam a Lei Complementar 131, de 27/05/2009 (Lei da Transparência), Lei 12.527, de 18/11/2011 (LAI), e o Decreto no 8.777, de 11/05/2016, que institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal. O Grupo de Pesquisa sobre Estado, Regulação, Internet e Sociedade (GERIS) é liderado por professora integrante desta proposta e, no momento, coordena pesquisa que possui apoio institucional do INCT.DD. A pesquisa, intitulada “*Democracia versus censura e modulação de comportamento e de políticas na internet: Mapeamento e Análise das Redes de Governança Digital na América Latina e Caribe*”, conta com uma doutoranda e uma mestranda da Faculdade de Comunicação (da linha de pesquisa de Políticas de Comunicação, da qual a líder do grupo faz parte), quatro alunos de graduação, sendo uma delas bolsista PIBIC pelo INCT.DD.

Red Tecnopolítica: Redes, Poder y Acción Colectiva

- [Doriana Daroit, Christiana Freitas, Fernanda Natasha Bravo Cruz \(pesquisadoras da rede internacional\)](#)
- A rede permanente "Tecnopolítica: Redes, Poder y Acción Colectiva" é um espaço de debate, reflexão e praxis tecnopolítica, que coloca em cena discussões chave que reinventam a função acadêmica a partir de práticas culturais, lutas e processos criativos e concretos de empoderamento comum como instrumento para superar desafios e objetivos sociais chaves de nosso tempo. A rede gera conhecimento fundamental sobre comunicação para o desenvolvimento de novas tecnologias desde o ponto de vista da inovação das redes sociais surgidas de aplicações web e que fazem parte dos processos sociopolíticos contemporâneos, desenvolvendo inclusive ferramentas para a colaboração cidadã e a co-criação de espaços democráticos. Duas professoras do GPP e uma professora do Adm participam desta proposta e colaboram com a Rede, que conta com universidades da Espanha, da Itália, do Reino Unido, da Holanda e do Brasil.

Universidade e desenvolvimento regional: as bases para a inovação competitiva

- [Ana Paula Vidal Bastos \(pesquisadora da rede internacional\)](#)
- O projeto objetiva a construção de massa crítica para o desenvolvimento no Brasil de uma área temática centrada na contribuição das Instituições de Ensino Superior (IES) ao desenvolvimento das regiões em que estão inseridas. Para tanto, este projeto está estruturado em quatro eixos temáticos a terceira missão das IES, a qualidade educacional na promoção do crescimento econômico, a eficiência das IES, e a governança e o financiamento das IES públicas que proporcionarão um diagnóstico profundo acerca da realidade brasileira no que tange ao papel das universidades no processo de desenvolvimento regional e, ao mesmo tempo, a formação de recursos humanos capazes de disseminar essa relevante discussão a partir de seus centros de pesquisa. Colaboram com a rede: uma representante do GPP da Universidade de Brasília, que contribui com esta proposta, a Universidade de Évora, Portugal; a Universidade de Karlstad, Suécia; e a Universidade de Newcastle, Reino Unido. O projeto envolve ainda 02 estudantes de graduação, 01 de mestrado e 01 de doutorado.

Cidades Gateway e seu interior: cidades globais do Sul Global como nós em cadeias globais de commodities

- [Ana Paula Vidal Bastos \(pesquisadora da rede internacional\)](#)
- Este projeto persegue quatro objetivos. Primeiro, capturaremos fatores de contexto que influenciam o impacto da densidade, distância e divisão na interação das cidades de passagem e sua respectiva esfera de influência. Em segundo lugar, combinando pesquisa sobre cidades globais e cadeias globais de commodities, superaremos a desincorporação das cadeias globais de commodities, reconectaremos as cidades globais ao seu interior e nos concentraremos nos fluxos inter-locais que são o próprio fundamento das cidades globais. Terceiro, mostraremos que as cidades globais interligam suas respectivas periferias globalmente porque são aglomerações de empresas transnacionais, indústrias

relacionadas e prestadoras de serviços de produção, são centros de transporte e oferecem um ambiente institucional favorável aos negócios transnacionais. A seguinte questão principal será respondida: Como a densidade, a distância e a divisão (variáveis independentes) condicionam a interligação global da periferia da economia mundial (variável dependente) pelas cidades de passagem no Sul Global. Nosso quarto objetivo é aperfeiçoar metodologicamente as pesquisas sobre cidades globais e cadeias globais de commodities. Se as metodologias quantitativas não medem convincentemente os fluxos entre cidades. Metodologias qualitativas apenas levam a conclusões mais ou menos plausíveis. Os bancos de dados sobre investimentos que usaremos capturam os fluxos que formam cidades globais. Dado que não podemos captar totalmente o papel das cidades de gateway com a ajuda de dados quantitativos, aplicaremos adicionalmente uma metodologia qualitativa que se aproxima de uma análise intersubjetivamente verificável de entrevistas com especialistas e mapas cognitivos. O projeto envolve uma professora do Departamento de Gestão de Políticas Públicas vinculada a esta proposta e ao Global South Center Studies, da Universidade de Colônia, Alemanha, e da Universidade de Campinas (Unicamp). Os professores das universidades referidas atuam com a colaboração de estudantes de graduação (02), de doutorado (03) e de mestrado (02).

Futuros (en)cadeados - impactos socio-econômicos dos corredores de desenvolvimento

- [Ana Paula Vidal Bastos \(pesquisadora da rede internacional\)](#)
- Durante décadas, os corredores de crescimento foram usados como instrumentos de política regional em inúmeros projetos em todo o mundo, inspirados pela abordagem simplista dos estágios de crescimento de Rostow (1953). Após a contextualização da relevância da pesquisa, pretende-se re-avaliar os impactos deste instrumento de desenvolvimento, através da comparação das condições histórico-institucionais diversas. Ou seja, perceber quais as diferenças e as semelhanças entre este novo modelo mais abrangente e os anteriores de logística e a importância da governança nos contextos a analisar. O foco conceitual, por um lado, distingue entre um “futuro de probabilidades” com base nos fatos materiais da transformação sócio-ecológica, e um “futuro de possibilidades”, que se refere às aspirações, imagens e práticas da sociedade estudando processos de acoplamento entre o social e os subsistemas ecológicos (como o atual corredor Bi-Oceânico que sai do Mato Grosso do Sul até ao porto de minério de Antofagasta, Chile; passando pelas regiões com maior presença indígena do Paraguai e da Argentina). Podemos discorrer sobre implicações atuais através da comparação com processos passados de corredores de logística que ocorreram em ambientes semelhantes mas com arranjos institucionais diferentes (corredor do Grande Projeto Carajás, BR163 e BR230), avaliando as mudanças de uso da terra e de atividades ao longo do tempo. Este projeto, pretende ainda, fazer comparações com os estudos que estão a ocorrer sobre o Corredor de Desenvolvimento de Walvis Bay-Ndola-Lubumbashi (WBNLDC) através da Área de Conservação Transnacional KAZA e do Corredor de Crescimento Agrícola do Sul da Tanzânia (SAGCOT), ambos na África Sub-Sahariana. O projeto envolve uma professora do Departamento de Gestão de Políticas Públicas vinculada a esta proposta e

ao Global South Center Studies, da Universidade de Colônia, Alemanha. Os professores das universidades referidas atuam com a colaboração de estudantes de graduação (05), de doutorado (04) e de mestrado (02).

“Desenvolvimento, território e ambiente: as transformações e perspectivas na Área Metropolitana de Brasília (AMB)”

- Luiz Fernando Macedo Bessa (coordenador da Cooperação bilateral entre a Universidade de Brasília/UnB e o *Institut de Recherche pour le Développement/IRD* (França) com o apoio do CNPq (Acordo Bilateral- IRD/UnB/CNPq- Processo CNPq n°490628/2013-3).
- O objetivo do projeto é realizar uma reflexão crítica atualizada e prospectiva sobre o conjunto da Área Metropolitana de Brasília como laboratório potencial de construção de novas categorias analítico compreensivo acerca do conceito de desenvolvimento. O projeto está estruturado em três eixos temáticos articulados e complementares: (i) governança urbana, (ii) valorização do patrimônio e o desenvolvimento local, (iii) desigualdade, diferença e exclusão sócio espacial. A governança urbana é entendida como a interação entre os múltiplos atores sociais e a evolução do processo de tomada de decisão e das práticas de gestão de políticas públicas. A valorização do patrimônio, entendido em sua dimensão mais abrangente como o patrimônio econômico, social, cultural e ambiental, aí incluído o projeto urbanístico tombado, visão necessária para explorar e definir novas formas de gestão eco-sócio-ambiental para o desenvolvimento local. Por fim, ao tratar de desigualdade, diferença e exclusão nos referem-se a todos os processos sociais e culturais que definem olhares sobre o Outro de tal forma a negar sua alteridade por meio de violências explícitas ou não. Nesse sentido, a ausência ou não efetividade de políticas públicas sociais, tais como educação, saúde, habitação, entre outras, expressam vulnerabilidades socioambientais assim como relações de poder entre Estado, mercado e sociedade.

Área de concentração

A área de concentração do programa “Governança e Inovação em Políticas Públicas” busca construir reflexão e ação concernentes aos problemas complexos e multidimensionais que caracterizam as sociedades atuais e que exigem a realização de políticas públicas para seu enfrentamento, a partir da articulação interdisciplinar de conhecimentos oriundos das ciências sociais aplicadas e das ciências sociais. Propõe-se investigar e intervir no campo das políticas públicas partindo do olhar sobre os nexos entre Estado, sociedade civil e mercado, como determinantes das dinâmicas de governança e inovação que moldam as políticas públicas e seus resultados.

Os processos democratizantes de construção e realização das políticas públicas fazem com que as esferas pública, social e privada tenham suas fronteiras continuamente deslocadas e construídas de forma contextual a partir da ação dos atores em interações e disputas em torno dos problemas e expectativas sociais, os quais buscam, em última instância, a transformação social.

Para que essas dinâmicas democráticas aconteçam, tanto a governança como a inovação são essenciais para o estudo e a intervenção sobre as políticas públicas. A governança é entendida como os processos de discussão, decisão e coordenação dos diferentes atores, referenciais, experiências, técnicas, capacidades e recursos. Por sua vez, a inovação é entendida como novos olhares sobre os problemas, novas formas de relacionamento institucional e entre os atores e novos produtos, serviços e processos.

No setor público, as inovações assumem contornos específicos, pois visam dar suporte aos direitos expressos constitucionalmente e transformados em políticas e programas por meio da governança da ação pública, ou seja, os objetivos de sua geração estão além da lucratividade, relacionam-se com a obtenção de resultados positivos para a sociedade. Inovar é um processo coletivo, que envolve escolhas e análises políticas sobre a abordagem dos problemas e sobre o futuro pretendido.

A área de concentração propõe a compreensão da articulação entre governança e inovação em políticas públicas focando o olhar sobre os movimentos dialógicos da ação pública que colocam em interação atores, representações, instituições, processos e resultados e da contabilidade e terceiro setor que visam elucidar os mecanismos que relacionam contabilidade, *compliance*, *accountability*, tributação, sustentabilidade e empreendedorismo com vistas tanto à compreensão das dinâmicas quanto da geração de instrumentos que permitam a intervenção sobre as políticas públicas e seus processos.

Para concretizar esta abordagem realizam-se estudos de caráter interdisciplinar que consideram interações multitoriais, dialógicas e transversais em temáticas como coprodução e codesign de inovação em políticas públicas, redes de políticas, esferas socioestatais, gestão social, tecnologia e inovação social, democracia e tecnologias de informação e comunicação, políticas de desenvolvimento, análise de políticas públicas, planejamento e orçamento público, controle social e *accountability*, relação entre Estado, mercado e terceiro setor, empreendedorismo social.

Desta forma, pretende-se capacitar profissionais para construir um entendimento interdisciplinar sobre formulação e realização das políticas públicas em contextos multitoriais complexos e, ainda, para intervir sobre a realidade a partir da compreensão da governança em fluxos relacionais e gestores entre Estado, sociedade e mercado por meio da construção de métodos, instrumentos e ferramentas inovadores.

Linhas de Pesquisa/Atuação

Ação pública e inovação

A linha de pesquisa "Ação pública e inovação" volta-se à construção de conhecimentos e técnicas para reconhecer desafios gestores, sociopolíticos, culturais e econômicos, e propor processos

inovadores e resolutivos para o Estado e a sociedade. Tem como propósito de incidência a promoção do desenvolvimento, viabilizando soluções para problemas públicos locais, regionais e nacionais por meio do design de novos instrumentos e tecnologias. Toma em conta a relevância de fóruns híbridos e a implementação de processos dialógicos entre técnicos, políticos, cientistas e cidadãos, reorientando a gestão dos setores das políticas públicas para caminhos inovadores concernentes à governança digital, ao estabelecimento de redes de políticas públicas e arranjos participativos multiatoriais.

Além disso, esta linha de pesquisa preocupa-se, especialmente, com a criação de novos espaços de ação pública, novas arenas, que permitam lidar com a incerteza por meio da abertura para o novo e para o inesperado. Fomenta-se a discussão da inovação conceitual, como a que dá origem à própria noção de “ação pública”, a partir da inovação do conceito de políticas públicas. A centralidade conferida à ação pauta-se na noção de que todo agir é potencialmente inovador. A ação pública e a gestão dependem, certamente, da inovação em suas mais diferentes facetas, pari passu às possibilidades da ampliação participativa e do aprofundamento democrático. Pretende-se lançar luz sobre reflexões complexas sobre o agir inovador, sobretudo porque inovar, no campo das políticas públicas, implica sempre em algum grau de ousadia e de risco.

A inovação, nesta perspectiva, não se restringe a avanços tecnológicos, mas compreende processos tecno-políticos de interação e de inter-relação entre sujeitos, atores e agentes sociais; inovações institucionais e não institucionais; mecanismos e pedagogias de participação integrada nos cenários de deliberação e de tomada de decisão; à interconexão e à transversalidade entre grupos, movimentos e pessoas, rompendo com a insularidade dos debates políticos; às análises e hibridações de modelos nacionais e regionais e às escolhas metodológicas (seja na Academia ou nos ambientes de gestão). Ademais, linha volta-se às relações entre conhecimento e inovação, problematizando o fato de que o conhecimento é condição necessária, mas não suficiente à inovação e reflete, a partir dessa premissa, sobre o papel das políticas públicas, que podem assumir o papel de mediadoras entre estas duas categorias.

Governança Pública e Terceiro Setor

A linha de pesquisa Governança Pública e Terceiro Setor contempla a pesquisa e a construção de conhecimentos, práticas e técnicas referentes às temáticas da governança, contabilidade, compliance, *accountability*, tributação, sustentabilidade e empreendedorismo. Tais temáticas devem concretizar-se, preferivelmente, nos setores público e nas organizações da sociedade civil, denominados primeiro e terceiro setores, sem deixar de considerar, entretanto, a promoção do diálogo com o mercado, denominado segundo setor. A ação articulada entre setores por meio de práticas de esferas da governança e da contabilidade vem se mostrando como um potencial caminho para a inovação em políticas públicas, seja em seus esforços descritivos, seja em seus esforços prescritivos.

Neste contexto, o objetivo desta linha de pesquisa é construir, difundir e aplicar conhecimentos associados a elaboração de intervenções técnicas e tecnológicas de governança pública que permitam compreender e avaliar a efetividade das ações de planejamento, orçamento e execução dos recursos públicos, provendo a melhoria dos padrões de regulação, implementação e avaliação

das políticas públicas e das ações sociais, com impactos positivos inclusive para o desejado controle social.

A partir da assunção de que a consistência desses objetivos representa um diferencial na preparação de gestores socialmente responsáveis, comprometidos com o desenvolvimento sustentável e seus objetivos, mas também com a dimensão ética, dos processos de decisão pública, esta linha de pesquisa está comprometida com pesquisas aplicadas e projetos de intervenção que reforcem a construção de um Estado democrático de direitos, no qual os mecanismos de controle social mostram-se fundamentais para o alcance de melhores padrões de desenvolvimento da gestão de políticas públicas.

Caracterização do curso – Detalhamento do curso

Nome

Governança e inovação em políticas públicas

Periodicidade da seleção

Anual

Objetivo do curso

O curso de mestrado profissional em Governança e Inovação em Políticas Públicas objetiva:

- (i) formar profissionais de excelência para atuação no serviço público, em organizações sem fins lucrativos, em empresas de consultoria, em instituições internacionais ou em universidades;
- (ii) desenvolver competências para o design de tecnologias de governança inovadoras;
- (iii) estabelecer competências para realização da ação pública e da governança por meio de processos dialógicos efetivos, voltados à solução de problemas públicos complexos;
- (iv) preparar profissionais com capacidade de intervenção em projetos de desenvolvimento local, regional e nacional por meio da operacionalização de programas e políticas;
- (v) desenvolver instrumentos e tecnologias de gestão com capacidade de realizar a análise orçamentária-financeira e a governança pública de maneira integrada.

Perfil do egresso

Os profissionais que já atuam nos órgãos de governo nacional e distrital, agências regionais e internacionais, federações e confederações temáticas e entidades do terceiro setor, encontrarão neste Mestrado Profissional a oportunidade de desenvolver formação avançada referente aos

nexos entre conhecimentos e práticas da governança e inovação das políticas públicas, de maneira articulada e coordenada, entendendo a complementaridade entre os setores que compõem as instituições, as estratégias e interfaces possíveis para cooperação e *advocacy*, bem como a relação entre níveis e esferas de governo. Ademais, o egresso será capaz de atuar de modo mais qualificado em relevantes áreas das políticas públicas graças aos conhecimentos adquiridos no campo da *accountability*, do planejamento, de processos de coordenação e cooperação para a produção da ação pública, do *design* de políticas e instrumentos, do estabelecimento de competências para a promoção de inovação e do reconhecimento de técnicas e saberes concernentes a aspectos contábil-orçamentários. Tais competências e habilidades são indispensáveis à excelência nas relações estabelecidas entre os atuantes no governo na esfera nacional e subnacional, bem como a profissionais de instituições não-governamentais e internacionais. Centenas de órgãos e instituições voltados à produção de políticas públicas que participam de processos de governança compartilhada e que prezam por inovação e mudança em seus processos e resultados estão concentrados em Brasília, sede da proposta deste curso.

Créditos disciplinares

24

Créditos tese/dissertação

0- 8

Outros créditos

Vagas por seleção

20 vagas

Equivalência hora/crédito

1 crédito = 15 horas/aula

Descrição sintética do esquema de oferta do curso

Proposta de cronograma e fluxo de disciplinas:

1o Semestre

- Disciplina obrigatória: Governança e Inovação em Políticas Públicas (4 Créditos);
- Disciplina obrigatória: Metodologia de Pesquisa Interdisciplinar (2 Créditos);
- Disciplina optativa a escolha do estudante.

2o Semestre

- Disciplina obrigatória: Design de projeto de intervenção interdisciplinar (2 Créditos);
- Disciplina optativa de 04 créditos a escolha do estudante
- Disciplina optativa de 04 créditos a escolha do estudante

3o Semestre

- Elaboração de trabalho final
- Defesa de projeto de qualificação de trabalho final (no 12o mês)
- Disciplina optativa de 04 créditos a escolha do estudante

4o Semestre

- Elaboração de trabalho final
- Defesa do trabalho final (no 24o mês)

Lista de disciplinas optativas:

- *Accountability* e ação pública
- Ação pública e participação social
- Contabilidade aplicada à gestão pública
- Políticas públicas e (des)envolvimento territorial
- Economia política e orçamento público
- Empreendedorismo e terceiro setor
- Estudos críticos em políticas públicas
- Governança de políticas penais
- Gestão no terceiro setor
- Gestão social e políticas públicas
- Gestão transversal e redes de políticas públicas
- Inovação e mudança na ação pública
- Políticas de governança digital e os desafios à democracia
- Métodos inferenciais aplicados
- Políticas de emprego, trabalho e renda
- Tributação no terceiro setor

Diretrizes do trabalho final

O produto final a ser expresso corresponderá à viabilização do projeto de intervenção em GIPP, a ser construído contando com apoio do orientador e conforme as instruções desenvolvidas na disciplina “Design de Projeto de Intervenção Interdisciplinar”. O projeto deverá ser avaliado por banca de qualificação de projeto.

Os produtos aos quais concernem os trabalhos finais do PPGGIPP deverão ser viáveis, relevantes, concernentes à GIPP em perspectiva interdisciplinar, e serão estabelecidos em um formato (ou combinando mais de um formato) dentre os seguintes:

- Implementação de projeto de assessoria;
- Implementação de projeto de consultoria;
- Desenvolvimento de processo ou produto patenteável;
- Desenvolvimento de tecnologia social;
- Desenvolvimento de software;
- Elaboração de norma ou marco regulatório;

- Estudo de regulamentação;
- Organização de evento;
- Projeto de extensão à comunidade.

O trabalho de conclusão de curso de Mestrado Profissional Interdisciplinar em GIPP, a ser orientado por professor do GIPP, e apresentado e avaliado em Banca de Defesa de Trabalho Final de Mestrado, deverá ser composto por:

- Um item de caráter acadêmico, em formato de artigo acadêmico, que traga introdução, discussão metodológica, discussão teórica, considerações analíticas e resultados referentes à aplicação do projeto de intervenção interdisciplinar;
- Um item de caráter técnico-profissional, que corresponda a denso relatório técnico descritivo do projeto de intervenção interdisciplinar;
- Um item sistematizado de apêndices e outro de anexos que comprovem a apresentação do produto técnico à contraparte (sociedade, instituições, órgãos governamentais, agências de fomento; vinculados às políticas públicas e à assistência, extensão ou produção do conhecimento).

Disciplinas

Nome: Governança e Inovação em Políticas Públicas

Nível: Mestrado

Tipo (obg/opt): Obrigatória

Créditos: 04

Carga horária: 60 horas

Ementa

Estado e políticas públicas. Ação pública. Diferentes abordagens ao campo da governança em políticas públicas: governança, desenvolvimento e os organismos internacionais; contabilidade e governança pública; governança colaborativa; governança digital; governança multinível. Inovação em políticas públicas: inovação e valor público, inovações democráticas, redes de inovações. Governança e inovação: a constituição política das tecnologias, instrumentos de ação pública, redes de políticas públicas.

Bibliografia

BRINGEL, B.; GOHN, M. G. **Movimentos sociais na era global**. São Paulo: Ed. Vozes, 2014.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A Nova Razão do Mundo** – Ensaio sobre a sociedade neoliberal.. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. **Ce couchemar qui n'en finit pas**. Paris: La Découverte, 2016.

DAROIT, D.; CRUZ, F. N. B.; BASTOS, A. P. V.; LARANJA, L. S. Gestão pública, democracia e direitos aos 30 anos da Constituição Federal. **Revista Nau Social**, v. 9, n. 17, p. 118-128, 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.adm.ufba.br/index.php/rs/article/view/738/536>

FREITAS, C. S. **Inovação, governança digital e políticas públicas**: conquistas e desafios para a democracia. Belo Horizonte: Arraes Editora, 2016.

FREY, K. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 21, p. 211-259, 2000. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89>

GOHN, M. G. **Movimentos sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. São Paulo: Vozes, 2003.

HABERMAS, J. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HAWLEY, M.; GRIEST, S. The Policy-Making Process. In: ARARAT, E. et alii (org.). **Routledge Handbook of Public Policy**. London: Routledge, 2013.

KOLIBA, C. J.; MEEK, J. W.; ZIA, A.; MILLS, R. W. **Governance networks in public administration and public policy**. 2ª ed. New York: Routledge, 2019.

LASCOUMES, P.; LE GALÈS, P. **Sociologia da ação pública**. Maceió: Edufal, 2012.

LATOUR, Bruno. **Cogitamus**: seis cartas sobre as humanidades científicas. São Paulo: Editora 34, 2016.

LUNDVALL, B.; BORRÁS, S. Science, technology and innovation policy. In: FAGERBERG, J. et al. **The Oxford Handbook of Innovation**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

MAZZUCATO, M.; PENNA, C. **The Brazilian Innovation System**: A Mission Oriented Policy Proposal. Brasília: CGEE, 2016. Disponível em: <https://www.cgee.org.br/thebrazilian-innovation-system>.

MOLLO, M. L. R. e AMADO, A. M.. O debate desenvolvimentista no Brasil: tomando partido. **Revista de Economia Política**, v. 24, n. 1 (53), abril/2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8642115/0>

MORAN, M.; REIN, M; GOODIN, R. **The Oxford Handbook of Public Policy**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

MULLER, Pierre. **As políticas públicas**. Tradução de Carla Vicentini. Niterói: Eduff, 2018.

NOBRE, R. F. **O poder no pensamento social: dissonâncias**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

OSTROM, E. Background of Institutional Analysis and Development Framework, **Policy Studies Journal**, v. 39, n. 1, p. 7-27, 2011. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/j.1541-0072.2010.00394.x>

OSTROM, E. **Governing the Commons** – The evolution of institutions. Cambridge - UK: Cambridge University Press, 1990.

PERL, A. International Dimensions and Dynamics of Policy-Making. In: ARARAT, E. et alii. **Routledge Handbook of Public Policy**. London: Routledge, 2013.

SCHIMTT, Sophie. Comparative Approaches to the Study of Public Policy-Making. In: ARARAT, Eduardo et alii, **Routledge Handbook of Public Policy**. London: Routledge, 2013.

PENTLAND, B. T.; FELDMAN, M. S. Narrative networks: patterns of technology and organization. **Organization Science**, v. 18, n. 5, p. 781-795, 2007. Disponível em: <https://pubsonline.informs.org/doi/pdf/10.1287/orsc.1070.0283>

PIRES, R.; LOTTA, G.; OLIVEIRA, V. E. (Org.) **Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas**. Brasília: IPEA : ENAP, 2018.

SALAMON, L. M. (Org.). **The Tools of Government: A Guide to the New Governance**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. **Políticas Públicas**, Coletânea. Volumes 1 e 2. Brasília: ENAP, 2006.

TANZI, V. **Government versus Markets** – The Changing Economic Role of the State. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

Área de concentração: Governança e Inovação em Políticas Públicas

Nome: Design de projeto de intervenção interdisciplinar

Nível: Mestrado

Tipo (obg/opt): Obrigatória

Créditos: 02

Carga horária: 30 horas

Ementa:

Interdisciplinaridade nas ciências. Intervenção e ciência. O fazer aplicado: ação e prática; prática e campo. A experiência pragmática: entre Pierre Bourdieu e John Dewey. O problema do método

na fazer aplicado. O lócus da pergunta de pesquisa: compreendendo a dedução e indução, mas deslocando-se para a abdução. A natureza e as fronteiras da projeção em processos de intervenção: os sujeitos *em* pesquisa, objetivos *em* processo, contextos *em* situação de ação e o problema das temporalidades envolvidas. Reflexividade como caminho para profissionais *em* ação.

Bibliografia:

ARDOINO, J. A complexidade. In: MORIN, E. (org.). **A Religação dos Saberes: o desafio do Século XXI**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BARBIER, R. **A pesquisa-ação**. Brasília: Plano, 2002.

BEEBEEJAUN, Yasminah et al. Public harm or public value? Towards coproduction in research with communities. **Environment and Planning C: Government and Policy**, v. 33, n. 3, p. 552-565, 2015.

BOULLOSA, R. F.; BARRETO, M. L. S. A Residência Social como experiência de aprendizagem situada e significativa em cursos de gestão social e gestão pública. **NAU - A Revista Eletrônica da Residência Social**, v. 1, p. 181-202, 2010.

BOULLOSA, R. F.. Preparando-se para içar as cordas: desenhando mapas provisórios para a Residência Social. **NAU - A Revista Eletrônica da Residência Social**, v. 1, n. 1, p. 241-245, 2010.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência: Por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: UNESP, 2004.

BOURDIEU, P. **Raisons Pratiques**. Sur la théorie de l'action. Éditions du Seuil, 1994.

BOURDIEU, P. **Le sens pratique**. Éditions de Minuit, 1980b.

CHEVALIER, Jacques M.; BUCKLES, Daniel J. **Participatory action research: Theory and methods for engaged inquiry**. Routledge, 2019.

FERRARA, L. D. A ciência do olhar atento. **Trans/Form/Ação**, v. 9-10, p. 1-7, 1987. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31731987000100001&lng=en&nrm=iso&tlng=pt

FERRARA, L. D. Os estreitos caminhos do conhecimento. **Questões Transversais. Revista de Epistemologias da Comunicação**, v. 1, n.1, p. 58-65, 2013. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/questoes/article/view/5710>

FERRARA, L. D. Os Limites do Científico. **Significação**, São Paulo, v. 28, n. 15, p. 09-16, 2001. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/significacao/issue/view/5116>

FISCHER, F. **Confronting values in policy analysis: the politics of criteria**. United States of America, 1987.

MARÔCO, J. **Análise estatística com o SPSS Statistics**. 7^a edição. Lisboa: Report Number, 2018.

MAUSS, M. «Les techniques du corps», **Journal de Psychologie**, XXXII, n. 3-4, 15 mars – 15 avril, 1936.

MULLER, Pierre. **As políticas públicas**. Editora da UFF. Rio de Janeiro, 2018.

SANTOS, B. S. (Org.) **Conhecimento prudente para uma vida decente**: “um discurso sobre as ciências” revisitado. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, B. S. **A Cor do Tempo Quando Foge**. Crônicas 1985-2000. Porto: Afrontamento, 2001.

SANTOS, B. S. **A Crítica da Razão Indolente**: Contra o Desperdício da Experiência. Porto: Afrontamento, 2000 (2^a edição). Também publicado no Brasil, São Paulo: Editora Cortez, 2000

SCHÖN, D., & REIN, M. **Frame reflection**: Towards the resolution of intractable policy controversies. New York, NY: Basic Books, 1994.

TOURAINÉ, A. O Método da Sociologia da Ação: A Intervenção Sociológica. **Novos Estudos Cebrap**, v. 1, n. 3, p. 36-45, 1982.

WEISS, C. **Evaluation Research: Methods for Assessing Program Effectiveness**. Prentice-Hall, 1972.

Área de concentração: Governança e Inovação em Políticas Públicas

Nome: Metodologia de pesquisa interdisciplinar

Nível: Mestrado

Tipo (obg/opt): Obrigatória

Créditos: 02

Carga horária: 30 horas

Ementa:

O conhecimento metodológico interdisciplinar é um desafio, mas permite desenvolver a capacidade de refletir sobre as articulações entre as teorias e o espaço da pesquisa, bem como planejar adequadamente a realização da mesma. Desse modo, ele é fundamental na formação em Governança e Inovação em Políticas Públicas que, futuramente e ao longo do curso, realizarão

projetos de intervenção. Como o avanço das propostas teóricas no campo da Governança caracteriza-se por inovações, é necessário que estas sejam integradas em propostas metodológicas abrangentes e rigorosas. Isso reforça a importância da aquisição de parâmetros reflexivos e críticos no desenvolvimento de projetos. O objetivo, portanto, é reforçar a “vigilância epistemológica” no ato da elaboração de investigações que procurem intervir na realidade social. Por isso, o domínio de um conjunto de metodologias de pesquisa aplicada ou de intervenção interdisciplinar aparece como uma questão crucial, pois trata-se do próprio domínio das ferramentas científicas tanto do engajamento profissional quanto social, por parte do gestor.

Bibliografia:

ARAÚJO, Luísa; RODRIGUES, Maria de Lurdes. Modelos de análise das políticas públicas. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 83, p. 11-35, 2017.

BACICH, L.; MORAN, J. (Org.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 13.ed. Petrópolis, RJ: Vozes: 2015.

BECKER, H. **Segredos e truques da pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BETARELLI JUNIOR, Admir Antonio. **Introdução à análise qualitativa comparativa e aos conjuntos Fuzzy (fsQCA)**. Brasília: Enap, 2018.

CRESWELL, John. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. Porto Alegre, RS: Penso, 2014.

CUNHA, Eleonora Schettini Martins; ARAÚJO, Carmem E. Leitão. **Process tracing nas Ciências Sociais: fundamentos e aplicabilidade**. Brasília: Enap, 2018.

FERRARA, L. D. A ciência do olhar atento (La science de l'oeil attentif). **Trans/Form/Ação**, v. 9-10, p. 1-7, 1986. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31731987000100001&script=sci_abstract&tlng=pt

FEYERABEND, P. **Contra o Método**. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 5. ed. Brasília: Líber Livro, 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2017.

HIGGINS, S. S.; RIBEIRO, A. C. **Análise de Redes em Ciências Sociais**. Brasília: ENAP, 2018.

JAPIASSU, H. **Como nasceu a ciência moderna e as razões da filosofia**. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.

LAVILLE, C. e DIONE, J. **A construção do saber** – manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1999.

RICHARDSON, Roberto Jarry (et. al.). **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 4.ed. São Paulo, SP: Atlas, 2017.

STAKE, Robert. **Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam**. Porto Alegre, RS: Penso, 2011.

SILVA, Glauco Peres da. **Desenho de pesquisa**. Brasília: Enap, 2018.

SILVERMANN, David. **Qualitative research**. London: Sage Publications, 2016.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LEJANO, R. **Parâmetros para análise de políticas: fusão de texto e contexto**. Campinas, SP: Arte Escrita, 2012.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

METELLO, Daniela Gomes. **Design etnográfico em políticas públicas**. Brasília: Enap, 2018.

MELUCCI, A. **Por uma sociologia reflexiva** – pesquisa qualitativa e cultura. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

MASSON, T. J. et al. Metodologia de ensino: aprendizagem baseada em projetos (PBL). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO EM ENGENHARIA – COBENGE, 40., Belém, 2012. **Anais...** Belém: ABENGE, 2012. Disponível em: <http://www.abenge.org.br/cobenge/arquivos/7/artigos/104325.pdf>. Acesso em: 30 de jun. de 2016.

MORIN, E. **Introduction à la pensée complexe**. Paris: Seuil, 2007.

NEVES, Jorge Alexandre Barbosa. **Modelo de equações estruturais: uma introdução aplicada**. Brasília: Enap, 2018.

NOWOTNY, H., SCOTT, P. e GIBBONS, M. **Re-thinking science: knowledge and the public in an age of uncertainty**. Cambridge: Polity, 2001.

SANTOS, B.S.S. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Afrontamento, 1995.

SANTOS, B. S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro, Graal, 1989.

SILVERMANN, David. **Qualitative research**. London: Sage Publications, 2016.

SCHÖN, D. **Educando o Profissional Reflexivo**. Editora Artmed, 2008.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 16.ed. São Paulo, SP: Cortez, 2018.

VASCONCELOS, E.M. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar: epistemologia e metodologia operativa**. Petrópolis: Vozes, 2002.

YIN, Robert. **Pesquisa qualitativa: do início ao fim**. 1.ed. Porto Alegre: Penso, 2016.

Área de concentração: Governança e Inovação em Políticas Públicas

Nome: Ação pública e participação social

Nível: Mestrado

Tipo (obg/opt): Optativa

Créditos: 04

Carga horária: 60 horas

Ementa

Conceitos de democracia representativa, participativa, associativa e deliberativa. Participação social e controle social: tendências na América Latina. Institucionalização da participação social no Brasil. Participação social e gestão de políticas públicas. Participação social e governança democrática.

Bibliografia

AVELINO, D.; ALENCAR, J. **Articulação e transversalidade: percursos da participação social no governo federal brasileiro**. Brasília: IPEA, 2017. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/boletim_analise_politico/171020_BAPI12_10.pdf

AVRITZER, L. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Opin. Publica**, v. 14, n. 1, p. 43-64, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762008000100002&lng=en&nrm=iso

DIEGUES, G. O controle social e participação nas políticas públicas: o caso dos conselhos gestores municipais. **Revista NAU Social**, v. 4, n. 6, p. 82 - 93, mai - out, 2013. Disponível em: <http://www.periodicos.adm.ufba.br/index.php/rs/article/viewFile/284/247>

GIANOLLA, C. Democratisation beyond the Crisis of Liberalism, Bringing Civil Society within the State, **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 114, 187 -206, 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/6820>

LASCOUMES, P; LE GALÈS, P. A ação pública abordada pelos seus instrumentos. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 9, n. 18, jul - dez, 2012. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/1331/1048>

LAVALLE, A; HOUTZAGER, P; CASTELLO, G. Democracia, pluralização da representação e sociedade civil. **Lua Nova**, n. 67, p. 49-103, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n67/a04n67.pdf>

LUCHMANN, L. H. H. Modelos contemporâneos de democracia e o papel das associações. **Rev. Sociol. Polit.**, v. 20, n. 43, p. 3-30, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782012000300004&lng=en&nrm=iso

MILANI, C. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. **Rev. Adm. Pública**, v. 42, n. 3, p. 551-579, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122008000300006&lng=en&nrm=iso

PITKIN, H. Representação: palavras, instituições, ideias. **Lua Nova**, n. 67, p. 15-47, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452006000200003&lng=en&nrm=iso.

ROMÃO, W. M. Reflexões sobre as dificuldades da implementação da participação institucional no Brasil. **Ideias - Políticas Públicas no Brasil: uma agenda de pesquisa**, V. 6, n. 2, p. 35-58, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8649462/16017>

SANTOS, F. Do protesto ao plebiscito: uma avaliação crítica da atual conjuntura brasileira. **Novos estudos - CEBRAP**, n. 96, p. 14-25, 2013. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n96/a02n96.pdf>

SILVA, S. P. Democracia, políticas públicas e instituições de deliberação participativa: visões sobre a experiência brasileira. Rio de Janeiro: IPEA, 2018. (Texto para discussão, n. 2358). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/180118_td_2358.pdf. Acesso em: 30 de Out. de 2018.

TATAGIBA, L.; ABERS, R.; SILVA, M. K. Movimentos sociais e políticas públicas: ideias e experiências na construção de modelos alternativos. In: PIRES, Roberto; LOTTA, G.; OLIVEIRA, V. E. de (orgs). **Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas**. Brasília, DF: Ipea/Enap, 2018. pp. 106-138.

VAZ, A. C. Modelando a participação social: uma análise da propensão à inserção em Instituições Participativas, a partir de características socioeconômicas e políticas. **Revista**

Brasileira de Ciência Política, n. 10, p. 63-106, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522013000100003&script=sci_abstract&lng=pt

YOUNG, I. M. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova**, n. 67, p. 139-190, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452006000200006&lng=en&nrm=iso.

Nome: *Accountability* e Ação Pública

Nível: Mestrado

Tipo (obg/opt): Optativa

Créditos: 04

Carga horária: 60 horas

Ementa

Accountability. Auto responsabilização. Relação de governança no setor público e accountability. Accountability interna e externa. Informação para avaliação de desempenho com o propósito de accountability versus controle. Medidas de desempenho.

Bibliografia

ALMQUIST, R. et. al. Public sector governance and accountability. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 24, n. 7-8, p. 479–487, 2013. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/journal/critical-perspectives-on-accounting/vol/24/issue/7>

BUTLER, J. **Giving an account of oneself**. New York: Fordham University Press, 2005.

MESSNER, M. The limits of accountability. **Accounting, Organizations and Society**, v. 34, n. 8, p. 918–938, 2009. Disponível em: <https://ideas.repec.org/a/eee/aosoci/v34y2009i8p918-938.html>

MILLER, P. & O'LEARY, T. Accounting and construction of the governable person. **Accounting, Organizations and Society**, v. 12, n. 3, p. 235-265, 1987.

BOLAND, R. J.; SHULTZE, U. Narrating Accountability: Cognition and the Production of the Accountable Self". In: R. Munro & J. Mouritsen (eds). **Accountability: Power, Ethos and the Technologies of Managing**. London: International Thomson Business Press, 1996, pp. 62–81.

BOBE, B. J.; MIHRET, D. G. & Obo, D. D. Public-sector reforms and balanced scorecard adoption: an Ethiopian case study. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 30, n. 6, p. 1230-1256, 2017.

BARRETTA, B. & BUSCO, C. Technologies of government in public sector's networks: In search of cooperation through management control innovations. **Management Accounting Research**, v. 22, p. 211–219, 2011.

CZARNIAWSKA, B. & MOURITSEN, J. What is the object of management? How management technologies help to create manageable objects. In: C. S. CHAPMAN; D. J. COOPER; P. B. MILLER. (Eds.). **Accounting, Organizations, and Institutions: Essays in Honour of Anthony Hopwood**. Oxford: Oxford University Press, 2009, p. 157-174.

KURUNMAKI, L. & MILLER, P. Modernising government: the calculating self, hybridisation and performance measurement. **Financial Accountability & Management**, v. 22, n. 1, p. 87-106, 2006.

MILLER, P. Governing by numbers: why calculative practices matter. **Social Research**, v. 68, n. 2, p. 379-396, 2001.

MILLER, P. et al. Accounting, hybrids and the management of risk. **Accounting, Organizations and Society**, v. 33, n. 7-8, p. 942-967, 2008.

LATOUR, B. **We have never been modern**. London: Prentice Hall, 1993.

MILLER, P. & NAPIER, C. Genealogies of calculation. **Accounting, Organizations and Society**, v. 18, n. 7-8, p. 631-647, 1993.

MUNIESA, F. & LINHARDT, D. Trials of explicitness in the implementation of public management reform. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 22, p. 550-566, 2011.

MUNRO, R. & MOURITSEN, J. **Accountability: Power, Ethos and the Technologies of Managing**. London: International Boston Business Press, 1996.

PIPANA, T. & CZARNIAWSKA, B. How to construct an actor-network: Management accounting from idea to practice. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 21, p. 243-251, 2010.

ROBERTS, J. The possibilities of accountability. **Accounting, Organizations and Society**, v. 16, n. 4, p. 355-368, 1991.

ROBINSON, P. Government accountability and performance measurement. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 14, p. 171-186, 2003.

STAR, S. L. This is not a boundary object: reflections on the origin of a concept. **Science, Technology, & Human Values**, v. 35, n. 5, p. 601-617, 2010.

SPEKLÉ, R. F. & VERBEETEN, F. H.M. The use of performance measurement systems in the public sector: Effects on performance. **Management Accounting Research**, v. 25, p. 131-146, 2014

TAN, Z. The construction of calculative expertise: The integration of corporate governance into investment analyses by sell-side financial analysts. **Accounting, Organizations and Society**, v. 39, p. 362–384, 2014.

POWER, M. How accounting begins: Object formation and the accretion of infrastructure. **Accounting, Organizations and Society**, v. 47, p. 43-55, 2015.

Área de concentração: Governança e Inovação na Ação Pública

Nome: Contabilidade aplicada à gestão pública

Nível: Mestrado

Tipo (obg/opt): Optativa

Créditos: 04

Carga horária: 60 horas

Ementa

Compreender as recentes mudanças nos padrões contábeis aplicados ao setor público e seu impacto no processo decisório. Entender como as informações orçamentárias, patrimoniais e fiscais podem contribuir para o processo de mensuração e avaliação da aplicação dos recursos públicos. Conhecer os principais instrumentos utilizados para acompanhamento, manutenção e prestação de contas dos gestores públicos, esclarecendo como as suas bases são definidas e as ações a serem implementadas para seu cumprimento. Construir conhecimentos e técnicas de governança aplicados ao setor público, tendo como referência o sistema orçamentário e a contabilidade pública.

Bibliografia

AMARAL, G. F.; LIMA, D. V. A Contribuição da Nova Contabilidade Pública sobre os Efeitos dos Ciclos Políticos no Brasil. **Revista Ambiente Contábil**, v. 5, n. 2, p. 173-189, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/4156>

CARVALHO JR., A. C. C. D.; FEIJÓ, P. H. da S. **Entendendo Resultados Fiscais:** teoria e prática de resultados primário e nominal. Brasília: Gestão Pública, 2015.

CAVANAGH, J.; FLYNN, S.; MORETTI, D. **Implementing Accrual Accounting in the Public Sector.** International Monetary Fund, Fiscal Affairs Department, 2016.

CFC Conselho Federal de Contabilidade. **Estrutura Conceitual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T SP.** Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSPEC.pdf>

CHRISTIAENS, J. et al. The effect of IPSAS on reforming governmental financial reporting: An international comparison. **International Review of Administrative Sciences**, v. 81, n. 1, p. 158–177, 2015.

CNM Confederação Nacional de Municípios. **Accountability na Gestão Municipal:** prestação de contas e responsabilização (Cartilha). Brasília: CNM, 2019.

ISSA International Social Security Association. **Good Governance Guidelines**. Genebra: ISSA, 2013.

LIMA, D. V. **Orçamento, Contabilidade e Gestão no Setor Público**. 1ª ed. São Paulo: Atlas/GEN, 2018. Disponível em: <https://gennegociosegestao.com.br/orcamento-contabilidade-e-gestao-no-setor-publico/>

LIMA, R. L. **A Influência dos Atores no Processo de Convergência da Contabilidade Pública Brasileira aos Padrões Internacionais**. 2017. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis - PPGCont) - Universidade de Brasília, 2017.

LUDER, K. National Accounting, Governmental Accounting and Cross-Country Comparisons of Government Financial Condition. **Financial Accountability & Management**, v. 16, n. 2, p. 101-178, 2002.

MILESI-FERRETTI, G. M. Good, bad or ugly? On the effects of fiscal rules with creative accounting. **Journal of Public Economics**, v. 88, n. 1–2, p. 377-394, 2004.

SALGADO, S. R.; WILBERT, M. D.; LIMA, D. V.; OLIVEIRA, W. A. Concessão das Rodovias Federais Brasileiras: Evidências de Ativos Órfãos. **Revista Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 36, n. 1, p.105-122, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Enfoque/issue/view/1214/showToc>

SANTOS, P. G.; SARMENTO, M. Convergência entre a Contabilidade Pública e a Contabilidade Nacional: os encargos assumidos e não pagos. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 1, n. 12, p. 75-86, 2009. Disponível em file:///C:/Users/Diana/Downloads/7767-38358-1-PB.pdf

SANTOS, P. S. A.; MACHADO, D. G.; SCARPIN, J. E. Gerenciamento de Resultados no Setor Público: Análise por meio das Contas Orçamentárias Outras Receitas e Despesas Correntes dos Municípios de Santa Catarina. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, v. 23, n. 4, p. 15-43, out./dez. 2012. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/2001>

SOUZA, S. S. **A Fria Austeridade das Regras Fiscais Resiste ao Calor das Urnas? Oportunismo fiscal e contabilidade criativa nos estados brasileiros**. 2008. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, 2008.

STN SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL STN. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. 8ª. Edição. Brasília: STN, 2018. Disponível em: www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/695350/CPU_MCASP+8ª%20ed+-+publicação+com+capa+3vs+Errata1/6bb7de01-39b4-4e79-b909-6b7a8197afc9

TCU (Tribunal de Contas da União). **Dez para a boa governança**. Brasília: TCU, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2014.

VIEIRA, L. M.; LIMA, D. V. **Auditoria Contábil e Financeira no Setor Público**. 1ª ed. São Paulo: Atlas/GEN, 2019. (No prelo).

Área de concentração: Governança e Inovação em Políticas Públicas

Nome: Economia política e orçamento público

Nível: Mestrado

Tipo (obg/opt): Optativa

Créditos: 04

Carga horária: 60 horas

Ementa

O objetivo da presente disciplina de Economia Política e Orçamento Público é estudar inicialmente a fundamentação teórica das leis econômicas que regem a acumulação de capital, a dinâmica do dinheiro, do crédito e das finanças, bem como o capital financeiro e suas contradições. Posteriormente, temos em vista a reconstituição histórica dos “anos dourados” do pós-guerra e da virada neoliberal, destacando os papéis do Estado e suas orientações típicas de suas políticas fiscais. De posse de concepções teóricas e históricas mais gerais, voltamo-nos ao estudo contemporâneo da economia brasileira e da pesquisa dos usos e desusos de seu orçamento público e seus impactos sociais.

Bibliografia

BELLUZZO, L. G. **O capital e suas metamorfoses**. São Paulo : Editora Unesp, 2013.

_____. **Os antecedentes da tormenta:** origens da crise global. São Paulo : Unesp; Campinas : FACAMP, 2009.

HARVEY, D. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Para entender o capital**. Livros II e III. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. **A loucura da razão econômica**. São Paulo: Boitempo, 2018.

MILLET, D.; TOUSSAINT, É. **50 perguntas e respostas sobre dívida, o FMI e o Banco Mundial**. São Paulo: Boitempo, 2006.

POCHMANN, M. **Desigualdade econômica no Brasil**. São Paulo: Ideias & Letras, 2015.

ROSSI, P.; DWECK, E.; OLIVEIRA, A. L. M. (Orgs.). **Economia para poucos:** impactos da austeridade e alternativas para o Brasil. São Paulo : Autonomia Literária, 2018.

_____. (Coord.). **Austeridade e retrocesso:** impactos sociais da política fiscal no Brasil. São Paulo: Brasil debate e Fundação Friedrich Ebert, 2018.

SAAD FILHO, A.; MORAIS, L. **Brasil: neoliberalismo versus democracia**. São Paulo: Boitempo, 2018.

SALVADOR, E. **Fundo público e seguridade social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

SAYAD, João. **Dinheiro, dinheiro: inflação, desemprego, crises financeiras e bancos**. São Paulo: Porfolio Penguin, 2015.

SADER, E.; GARCIA, M. A. (Org.). **Brasil entre o passado e o futuro**. São Paulo: Boitempo, 2010.

VAZ, F. T.; MARTINS, F. J. **Orçamento e políticas públicas: condicionantes e externalidades**. Brasília: Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil e Fundação ANFIP de Estudos da Seguridade Social, 2011.

Sites

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL. <https://www.anfip.org.br/>

BANCO CENTRAL DO BRASIL. <https://www.bcb.gov.br/>

MINISTÉRIO DA ECONOMIA.

<http://www.planejamento.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/unidades/sof>

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA (CGU).

<http://www.portaltransparencia.gov.br/entenda-a-gestao-publica/orcamento-publico>

TESOURO NACIONAL. <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/>

Área de concentração: Governança e Inovação em Políticas Públicas

Nome: Empreendedorismo no terceiro setor

Nível: Mestrado

Tipo (obg/opt): Optativa

Créditos: 04

Carga horária: 60 horas

Ementa

Economia social; empreendedorismo social e compreensão do processo de destruição criativa. O papel das empresas sociais na geração de emprego, renda e bem-estar dos indivíduos. Como as empresas sociais contribuem e estimulam a inovação e destruição criativa. O cooperativismo social na produção de bens e serviços e a cooperação entre indivíduos.

Bibliografia

- AMIN, A.; CAMERON, A.; HUDSON, R. **Placing the social economy**. London, Routledge, 2002
- BORZAGA, C.; DEFOURNY, J. **The emergence of social enterprise**. New York. Routledge, 2004.
- DART, R. The legitimacy of social enterprise. *Nonprofit Management & Leadership*, v.14, n. 3, 2004.
- DEES, J. G.; ANDERSON, B. B.. Framing a Theory of Social Entrepreneurship: Building on Two Schools of Practice and Thought. **Research on Social Entrepreneurship: Understanding and Contributing to an Emerging Field**, v. 1, n. 3, p. 39–66, 2006.
- DIONISIO, M. The evolution of social entrepreneurship research: a bibliometric analysis. **Social Enterprise Journal**, v. 15, n. 1, pp.22- 25, 2019.
- JENNER, P. Social enterprise sustainability revisited: an international perspective. **Social Enterprise Journal**, v. 12, n. 1, pp. 42-6, 2016.
- JIVIMAA, P.; KERN, F. Creative destruction or mere niche support? Innovation policy mixes for sustainability transitions. **Research Policy**. v. 45, pp. 205-217, 2016.
- KRAMER, R. M. A third sector in the third millennium. **Voluntas: empreInternational Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**, v. 11, n. 1, 2000.
- LASSEN, A. H.; NIELSEN, S. L. Corporate entrepreneurship: innovation at the intersection between creative destruction and controlled adaptation. **Journal of Enterprising Culture**, v. 17, n. 2, pp.181–199, 2009.
- MURTAGH, B. Ageing and the social economy. **Social Enterprise Journal**, v. 13, n. 3, pp. 216-233, 2017.
- NYSSSENS, M. *Social Enterprise*. New York.Routledge, 2006.
- QUARTER, J.; MOOK, L.; RICHMOND, B. J. What is the social economy? Center for Urban and Community Studies (**Research Bulletin #13**). University of Toronto, 2003. <http://ec.msvu.ca:8080/xmlui/bitstream/handle/10587/125/what%20is%20the%20Social%20Ecconomy.pdf?sequence=1>.
- TACON, R.; WALTERS, G., & CORNFORTH, C. (2017). Accountability in nonprofit governance: A process-based study. **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, v. 46, p. 685-704, 2017.

WESTLUND, H. Form or contents? On the concept of social economy. **International Journal of Social Economics**, v. 30, n. 11, pp. 1192-1206, 2003.

WILLIAMS, C. C.; ALDRIDGE, T.; LEE, R.; LEYSHON, A.; THRIFT, N.; TOOKE, J. The Role of the Third Sector in Paving a 'Third Way': Some Lessons From Local Exchange and Trading Schemes (LETS) in the United Kingdom. **International Journal of Community Currency Research**, v. 5, pp.1-11, 2001.

Área de concentração: Governança e Inovação em Políticas Públicas

Nome: Estudos críticos em políticas públicas

Nível: Mestrado

Tipo (obg/opt): Optativa

Créditos: 04 Carga horária: 60 horas

Ementa

O Campo de estudos em Políticas Públicas: história e conformação atual. Os primórdios da Disciplina de Harold Lasswell: normatividade e pragmatismo na policy orientation. As primeiras críticas à Policy Orientation e suas implicações na legitimidade do campo. Em busca de novas racionalidades para o campo: valores, argumentos e práticas. Os contornos dos estudos críticos emergentes (e a relação com a argumentação e interpretativismo). Aprofundando aspectos dos estudos críticos: argumento e discursividade. Aprofundando aspectos dos estudos críticos: o locus do pragmatismo.

Bibliografia

BOULLOSA, R. Mirando ao revés as políticas públicas: notas sobre um percurso de pesquisa. **Revista Pensamento & Realidade**, v. 28, n. 3, 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/view/17572>

BUCHSTEIN, H.; JÖRKE, D. The Argumentative Turn toward Deliberative Democracy: Habermas's Contribution and the Foucauldian Critique. In: FISCHER, F. and GOTTWEIS, H. (orgs). **The Argumentative Turn Revisited**. Public Policy as Communicative Practice. Durham & London: Duke University Press, 2012.

DEWEY, J. **Democracia criativa** - A tarefa diante de nós. 1939.

DEWEY, J. **The public and its problems**. Publisher, Swallow Press, 1927.

DRYZEK, J. S. Policy Analysis and Planning: From Science to Argument. In: FISCHER, F.; FORESTER, J. (orgs.). **The Argumentative Turn in Policy Analysis and Planning**. Durham & London: Duke University Press, 1993.

DRYZEK J S. Policy Sciences of Democracy. **Polity**, v. 22, n. 1, p. 97-118, 1989. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/pdfplus/10.2307/3234848>

FISCHER, F. and FORESTER J. (orgs.). **The Argumentative Turn in Policy Analysis and Planning**. Durham & London: Duke University Press, 1993.

FISCHER, F. and GOTTWEIS, H. (orgs.). **The Argumentative Turn Revisited. Public Policy as Communicative Practice**. Durham & London: Duke University Press, 2012.

FISCHER, F. **Confronting values in policy analysis: the politics of criteria**.

FISCHER, F. Para além do empirismo: policy inquiry na perspectiva pós-positivista. **Revista NAU Social**, v.7, n. 12, p. 163-180, Maio/Nov 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.adm.ufba.br/index.php/rs/article/viewArticle/554>

FISCHER, F. What is critical? Connecting the policy analysis to political critique. **Critical Policy Studies**, v. 10, n. 1, p. 95-98, 2016.

FISCHER, F.; TORGERSON, D.; DURNOVÁ, A.; ORSINI, M.. Introduction. **Handbook of Critical Policy Studies**. Edward Elgar Pub, 2016.

LASSWELL, H. D. The Policy Orientation. In: LERNER, D.; LASSWELL, H. D. (orgs). **The Policy Sciences: Recent Developments in Scope and Method**. Stanford: Stanford University Press, 1951.

LASSWELL, H. D. **A Pre-View of the Policy Sciences**. New York: American Elsevier Publishing, 1971.(Capítulos 1 e 2)

LASSWELL, H. D. The Emerging Conception of the Policy Sciences. **Policy Sciences** 1 (1970), pág. 3-14.

LINDBLOM, C. E. (1979), Still muddling, not yet through "**Public Administration Review**", 39, pp. 517-526.

MAJONE, G. Evidence, Argument and Persuasion in the Policy Process. New Haven: Yale University Press, 1989 (Capítulos 1, 3 e 5)

REIN, M.; SCHÖN, D.. Reframing Policy Discourse. In: FISCHER, Frank and John FORESTER [eds.] **The Argumentative Turn in Policy Analysis and Planning**. Durham & London: Duke University Press, 1993, pág 145-166

SCHÖN, D., & REIN, M. (1994). Frame reflection: Towards the resolution of intractable policy controversies. New York, NY: Basic Books

STONE, D. Policy Paradox and Political Reason. Glenview, III: Scott Foresman, 1988. (Capítulos 1, 2, 4 e 6)

TORGERSON, D. Contextual orientation in policy analysis: The contribution of Harold Lasswell. **Policy Sciences**, v. 18, n. 3, p. 241-261, nov/1985.

TRIBE, L. H. Policy Science: Analysis or Ideology?. **Philosophy & Public Affairs**, v. 2, n. 1, p. 66-110, 1972, pp. 66–110. Disponível em: www.jstor.org/stable/2264920.

WEISS. C. **Evaluation Research: Methods for Assessing Program Effectiveness**. Prentice-Hall, 1972

WILDAVSKY A. B. **Speaking Truth to Power: The Art and Craft of Policy Analysis**. Boston: Little Brown, 1979.

Área de concentração: Governança e Inovação em Políticas Públicas

Nome: Governança de políticas penais

Nível: Mestrado

Tipo (obg/opt): Optativa

Créditos: 04

Carga horária: 60 horas

Ementa

O curso consiste em situar as políticas penais no campo das políticas públicas, considerando seus aspectos históricos, sociais e estruturantes – com observância dos direitos humanos, da intersetorialidade, da participação social do ponto de vista crítico ao controle punitivo. Para esses fins, as políticas penais são entendidas como o conjunto de instrumentos e serviços voltados à responsabilização penal, ou seja, estruturas que envolvem equipamentos, fluxos e corpo técnico para acompanhamento das alternativas penais, para aplicação da monitoração eletrônica, para privação da liberdade em diferentes regimes e para atenção à pessoa egressa, além de instâncias de controle externo, correição e formação profissional. Com isso, pretende-se situar o alcance dessas políticas, bem como suas dimensões conceitual e aplicada.

Bibliografia

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. **Modelo de Gestão para a Política Prisional**. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/modelo-de-gestao_documento-final.pdf>.

COYLE, Andrew. **Administração penitenciária: uma abordagem de direitos humanos**. Manual para servidores penitenciários. IPPS, 2002. Disponível em: http://www.prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/portugese_handbook.pdf

DE VITTO, Renato et. DAUFEMBACK, Valdirene. **Para Além da Prisão**. Reflexões e Propostas Para Uma Nova Política Penal no Brasil. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

DUQUE ESTRADA, Rodrigo Roig. **Execução Penal: Teoria Crítica**. 3. Ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2013.

GOMES, Luiz Flávio et. GAZOTO, Luís Wanderley. **Populismo penal legislativo**. A tragédia que não assusta as sociedades de massas. Parte 1: autoritarismo e democracia populista. Salvador: Juspodivm, 2016.

PIMENTA, Victor Martins. **Por trás das grades: o encarceramento em massa no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 2018, p

TEIXEIRA, Alessandra. **Prisões da Exceção - Política Penal e Penitenciária no Brasil Contemporâneo**. Curitiba: Juruá, 2009.

WACQUANT, L. J. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos**. [S.l.]: Freitas Bastos Editora, 2001.

Área de concentração: Governança e Inovação em Políticas Públicas

Nome: Gestão no terceiro setor

Nível: Mestrado

Tipo (obg/opt): Optativa

Créditos: 04

Carga horária: 60 horas

Ementa

O terceiro setor e a sociedade civil Governança e sustentabilidade. *Compliance e accountability*. Controle e políticas contábeis. Contabilidade. Importância da contribuição das entidades sem finalidade de lucro no equilíbrio social pela redução das desigualdades. Contribuição com a formulação de políticas de inclusão social. Os benefícios da renúncia fiscal e o sacrifício da renúncia de receita.; Processo de conscientização de gestores e operadores no uso racional dos recursos com maximização da utilidade.

Bibliografia

BRASIL. Lei 13.019/2014. Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil. **Portal da Legislação**, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13019.htm

CANDLER, G.; DUMONT, G. Non-profit accountability framework. **CAPA**. v. 53, n. 2, p. 259–279, 2010.

CLOTFELTER, C. T.. Tax-Induced Distortions in the Voluntary Sector. **Cas. W. Res. L. Rev**, v. 39, n. 663, 1989.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. ITG (R1) 2002: Entidades sem finalidade de lucro.

GRAZZIOLI, A. et. al. **Organizações da Sociedade Civil**. 1.ed. São Paulo: Educ, 2016.

KRAMER, Ralph M.. A Third Sector in the Third Millennium? **Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**, v. 11, n. 1, 2000.

NAJAM, Adil. **The Four Cs of Government-Third Sector Relations: Cooperation, Confrontation, Complementarity, Co-optation**. Sustainable Development Policy Institute, 2000. <http://www.sdpi.org/publications/files/R25-The%20Four%20Cs%20of%20Government-Third.pdf>

ONSTAD, O. G. **Value added taxation and the third sector**. Voluntas, v. 4, n. 3, pp. 372-394.

PAES, J. E. S. **Fundações, Associações e Entidades de Interesse Social**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

ROTHSCHILD, C.; SCHEUER, F. **A theory of Income Taxation Under Multidimensional Skill Heterogeneity**. National Bureau of Economic Research, 2014. Disponível em: <https://www.nber.org/papers/w19822.pdf>

Bibliografia complementar

ANHEIER, H. K. **Nonprofit organizations: theory, management, policy**. NY. Routledge, 2005.

ENJOLRAS, B.; SALAMON, L. M.; SIVESIND, K. H.; ZIMMER, A. **The third sector as a renewable resource for Europe: Concepts, impacts, challenges and opportunities**, 2018.

EVERS, A. and LAVILLE, J. **The Third Sector in Europe**. Cheltenham: Edward Elgar, 2004.

GIDRON, B.; BAR, M. **Policy initiatives towards the third sector in international perspective**. Springer: California, 2010

OECD. **The non-profit sector in a changing economy**. OECD: Paris, 2003.

POWELL, W. W.; STEINBERG, R. **The nonprofit sector: A research handbook**. 2.ed. Yale University: USA, 2006.

TAYLOR, Rupert. **Third Sector Research**. 1. ed. Springer: New York, 2010.

WEISBROD, B. A. **To profit or not to profit: The commercial transformation of the nonprofit sector**. Cambridge University Press: Cambridge, 2003.

Área de concentração: Governança e Inovação em Políticas Públicas

Nome: Gestão Social e Políticas Públicas

Nível: Mestrado

Tipo (obg/opt): Optativa

Créditos: 04

Carga horária: 60 horas

Ementa

O campo de estudos em gestão social. Conceitos e temas correlatos. Terceiro Setor. O problema público e o bem público como unidade de análise e de ação em gestão social. Ação, prática e contexto. Esfera Pública como o lócus da gestão social. Democracia Deliberativa e gestão social como meio. Dialogicidade, Intersubjetividade e Racionalidade como instrumentos. Emancipação como finalidade da gestão social.

Referências

ALCÂNTARA, V. C.; PEREIRA, J. R. O locus da gestão social no contexto das inter-relações e tensões entre mundo-da-vida (lebenswelt) e sistema (system). **Organ. Soc.**, Set 2017, vol.24, no.82, p.412-431

BOULLOSA, R. F. Contribuições conceituais e metodológicas para a avaliação de processos e práticas de Gestão Social a partir das perspectivas da policy analysis e da abordagem social da aprendizagem. In **Colóquio Internacional sobre Poder Local**, 11, 2009, Salvador. Anais..., Salvador: CIAGS/UFBA, 2009. 1 CD ROM.

BOULLOSA, R. F.; SCHOMMER, P. C. Limites da natureza da inovação ou qual o futuro da Gestão Social? In: **Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração**, 32, 2008, Rio de Janeiro. Anais..., Rio de Janeiro: ANPAD, 2008. 1 CD ROM.

BRASIL. **Perfil das organizações da sociedade civil no Brasil** / organizador: Felix Garcia Lopez. – Brasília: Ipea, 2018. 176 p.

CANÇADO, A. C. Gestão social: um debate para a construção do campo. **NAU – A Revista da Residência Social**, 4(6), 2013, 191-209, mai./out..

CANÇADO, A. C., Pereira, J. R. e Tenório, F. G. **Gestão social: epistemologia de um paradigma**, (2 ed.) CRV, Curitiba, 2015.

DOWBOR, L. A gestão social em busca de paradigmas. In Rico, E. M., Raichelis, R. (orgs.) **Gestão social: uma questão em debate**. São Paulo: Educ; IEE, 1999.

FISCHER, T.. Poderes locais, desenvolvimento e gestão – uma introdução a uma agenda. In: FISCHER, T. (Org.). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador: Casa da Qualidade, 2002, p.12-32.

FRANÇA FILHO, G. C.. Definido Gestão Social. In: SILVA JUNIOR, Jeová Torres; MÂISH, Rogério Teixeira; CANÇADO, Airton Cardoso. **Gestão social: práticas em debate, teorias em construção**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.

GARCIA, A. S. et al. Aprofundamento das esferas públicas para a gestão social: caminhos para uma reconstrução empírico-descritiva e normativa. **Cad. EBAPE.BR**, Jun 2018, vol.16, no.2, p.163-185

HABERMAS, J. **Consciência moral e agir comunicativo**. Tradução de Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003c. (Biblioteca Tempo Universitário, 84: Estudos Alemães).

HABERMAS, J. **Direito e democracia: entre a facticidade e a validade**. 2. ed. Tradução Fábio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003a, v. 2 (Biblioteca Tempo Universitário, 102)

JUNQUEIRA, L. P. et al. **Parcerias e redes sociais**: a busca pela Gestão Social eficaz - um estudo de caso. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social, 3, 2009, Juazeiro/Petrolina. Anais..., Juazeiro/Petrolina: NIGS/UNIVASF, 2009. 1 CD ROM.

PERSSON, E.; MORETTO NETO, L. Discutindo a natureza ideológica dos delineamentos teóricos habermasianos e sua apropriação pela gestão social no campo da administração. **Cad. EBAPE.BR**, Dez 2018, vol.16, no.4, p.578-593.

SCHOMMER, P. C.; FRANÇA FILHO, G. C. A metodologia da Residência Social e a aprendizagem em comunidade de prática. **NAU - Revista Eletrônica da Residência Social do CIAGS/UFBA**, Salvador, v.1, n.1, p.203-226, jun./nov. 2010.

TENÓRIO, F. G. Gestão social, um conceito não-idêntico? Ou a insuficiência inevitável do pensamento In CANÇADO, Airton Cardoso; TENÓRIO, Fernando Guilherme; SILVA JUNIOR, Jeová Torres (Orgs.). **Gestão Social**: aspectos teóricos e aplicações. Ijuí: UNIJUÍ, 2012.

Área de concentração: Governança e Inovação em Políticas Públicas

Nome: Gestão transversal e redes de políticas públicas

Nível: Mestrado

Tipo (obg/opt): Optativa

Créditos: 04

Carga horária: 60 horas

Ementa

Espaço e tempo nas redes. Tecnologias como redes. A construção das redes e suas controvérsias: conexões, práticas, dispositivos, interesses, tradução, papel dos múltiplos atores. Análise de redes. Ação coletiva e tecnologias de gestão. Ação pública e interfaces socioestatais. Transversalidade em redes de políticas públicas. Dessetorialização e processos de desenvolvimento. Dialogismo, inovação e mudança na gestão pública.

Bibliografia:

BOUSSAGUET, L.; JACQUOT, S.; RAVINET, P. **Une French Touch dans l'analyse des politiques publiques?**. Presses de Sciences Po, 2015.

BRUGUÉ, Q.; CANAL, R.; PAYA, P. ¿Inteligencia administrativa para abordar" problemas malditos"? El caso de las comisiones interdepartamentales. **Gestión y política pública**, v. 24, n. 1, p. 85-130, 2015.

CUNILL-GRAU, N. La intersectorialidad en las nuevas políticas sociales: Un acercamiento analítico-conceptual. **Gestión y política pública**, v. 23, n. 1, p. 5-46, 2014.

CALLON, M.; LASCOUMES, P.; BARTHE, Y. **Acting in an Uncertain World**. An Essay on Technical Democracy. MIT ed, Cambridge, 2009.

CRUZ, F. N. B.; DAROIT, D. DOS NEXOS EFÊMEROS AO FAZER ESTADO: ensaio sobre transversalidade em conferências nacionais de políticas públicas. **NAU Social**, v. 8, n. 15, 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.adm.ufba.br/index.php/rs/article/viewArticle/681>

CRUZ, F.N.B. **Desenvolvimento democrático em tempos incertos: os desafios e os instrumentos da ação pública transversal e participativa**. Editora UnB:Brasília, 2019 (no prelo).

GUPTA, Akhil. **Red tape: Bureaucracy, structural violence, and poverty in India**. Duke University Press, 2012.

HALPERN, C.; LASCOUMES, P.; LE GALÈS, P. **L'instrumentation de l'action publique: controverses, résistances, effets**. Presses de Sciences Po., 2014.

HATCHUEL, A. Towards an epistemology of collective action: management research as a responsible and actionable discipline. **European Management Review**, v. 2, p. 36-47, 2005.

LATOURET, B. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. 2ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

LUKIC, M. R.; TOMAZINI, C. **As ideias também importam: a abordagem cognitiva das políticas públicas no Brasil**. Curitiba: Juruá, 2013.

MARQUES, E.; BICHER, R.; MOYA, E. Notas sobre el análisis de redes sociales en Brasil. **Redes. Revista hispana para el análisis de redes sociales**, v. 25, n. 1, p. 85-93, 2014.

MULLER, Pierre. **As políticas públicas**. Editora da UFF. Rio de Janeiro, 2018.

RHODES, R. AW. **Network Governance and the Differentiated Polity: Selected Essays**. Oxford University Press, 2017.

SERVA, M.; DIAS, T.; ALPERSTEDT, G. **Paradigma da complexidade e teoria das organizações: uma reflexão epistemológica**. RAE, 2009.

TARRAGÓ, D.; BRUGUÉ, Q.; CARDOSO JR, J. C. **A administração pública deliberativa: inteligência coletiva e inovação institucional a serviço do público**. Textos para Discussão, IPEA, 2015. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2122.pdf

THOMAS, H.; ALBORNOZ, M. B.; PICABEA, F.. **Políticas tecnológicas e tecnologías políticas:** dinámicas de inclusión, innovación y desarrollo en América Latina. Quito: FLACSO Ecuador, 2015.

ZURBRIGGEN, C. Las redes de políticas públicas. Una revisión teórica. **Colección de Documentos**, n. 105, 2003. Disponível em: http://saludpublicavirtual.udea.edu.co/cvsp/politicaspUBLICAS/0015.zurbriggen_redes_politicaspUBLICAS.pdf

Área de concentração: Governança e Inovação em Políticas Públicas

Nome: Inovação e mudança na ação pública

Nível: Mestrado

Tipo (obg/opt): Optativa

Créditos: 04 **Carga horária:** 60 horas

Ementa

Inovação: conceitos, correntes de pensamento e tipologias. Inovações como rotinas. Dinâmicas entre o arcabouço normativo e os aspectos performativos das rotinas. Heterogeneidade dos atores e papel do Estado na produção de inovações. Inovações como novos nexos entre atores heterogêneos. A incrustação entre técnica e política e as inovações sociais. Redes sociotécnicas e construção de instrumentos inovadores de ação pública. Co-criação de políticas públicas. Tecnoação e efetividade das políticas públicas.

Bibliografia

CALLON, M.; LASCOUMES, P.; BARTHE, Y. **Agir dans un monde incertain:** essai sur la démocratie technique. Paris: Éditions du Seuil, 2001.

DE VRIES, G. **Bruno Latour.** Series: Key Contemporary Thinkers. Cambridge/UK: Polity, 2016.

ESCOBAR, A. **Designs for the pluriverse:** radical interdependence, autonomy, and the making of worlds. Durham: Duke University Press, 2018.

HALPERN, C.; LASCOUMES, P.; LE GALÈS, P. **L'instrumentation de l'action publique.** Paris: Les Presses de SciencePo, 2014.

HUI, A.; SCHATZKI, T.; SHOVE, E. **The nexus of practices:** connections, constellations, practitioners. Londres: Routledge, 2016.

LABATUT, J.; AGGERI, F.; GIRARD, N. Discipline and Change: how technologies and organizational routines interact in new practice creation. **Organization Studies**, v. 33, n.1, p. 39-69, 2012.

LATOURE, B. **Cogitamus**: seis cartas sobre as humanidades científicas. São Paulo: Editora 34, 2016.

LAURENT, B. et al. **Innovation et participation**. Aproches critiques. Paris : Presses des Mines, 2018.

VALADÃO, J.A.D; ANDRADE, J.A. **Teoria do Ator-Rede e adequação sociotécnica**. Curitiba: Appris Editora, 2016.

VOORBERG, W. H.; BEKKERS, V. J. J. M.; TUMMERS, L. G. A Systematic Review of Co-Creation and Co-Production: Embarking on the social innovation journey. **Public Management Review**, v. 17, n. 9, p. 1333-1357, 2015.

Área de concentração: Governança e Inovação em Políticas Públicas

Nome: Métodos inferenciais aplicados

Nível: Mestrado

Tipo (obg/opt): Optativa

Créditos: 04

Carga horária: 60 horas

Ementa

Estatísticas descritivas, Introdução à estatística inferencial; Métodos de análise inferencial em pesquisa social: probabilidade e amostragem; níveis de mensuração dos fenômenos sociais; modelos paramétricos e não paramétricos, intervalos de confiança; teste de hipótese. Visão global de Análise Estatística Multivariada Uso de softwares estatísticos.

Bibliografia

AGRESTI, A. **An Introduction to Categorical Data Analysis**. 3rd Edition. New Jersey: John Wiley & Sons, Inc., Hoboken, 2019.

BRAY, J.H. & MAXWELL, S. E. **Multivariate Analysis of Variance**. Newbury Park: Sage Publications, 1985.

COHEN, J. The power prime. **Psychological Bulettn**, v. 112, n. 1, 155-159, 1992.

DANCEY, C.P. & REIDY, J. **Statistics Without Maths for Psychology**. 7th. New York, Pearson Eds, 2011.

FIELD, A. **Discovering Statistics Using SPSS**. 5th Edition. London: Sage-Edge Publications, 2017.

HAIR Jr., J.F., ANDERSON, R.E., TATHAM, R.L. & BLACK, W.C. **Multivariate Data Analysis**. 8th ed. Boston: Cengage Learning, 2018.

HAYES, A. F. **Introduction to mediation, moderation, and conditional process analysis: A regression based approach.** 2nd Ed. New York: The Guilford Press, 2017.

HOWELL, D.C. **Statistical methods for Psychology.** 5ª edição Belmont (CA): Duxbury, 2002.

KVANLI, A. H.; GUYNES, C.S. e PAVUR, R.J. **Introduction to Business Statistics: A Computer Integrated, Data Analysis Approach.** 5th ed. Saint Paul: West Publishing Company, 2000.

MARÔCO, J. **Análise estatística com o SPSS Statistics.** 7ª edição. Lisboa: Report Number, 2018.

MILES, J. e SHEVLIN, M. **Applying regression & correlation: a guide for students and researchers.** London: Sage Publications, 2001.

RUTHERFORD, A. **Introducing ANOVA and ANCOVA: GLM Approach.** London: Sage Publications, 2000.

TABACHNICK, B.G. & FIDELL, L.S. **Using Multivariate Statistics.** 6th. Ed. Harper Collings College Publishers, 2013.

GEARY, J. Risky business. **Time** (European ed.), v. 28, p. 40-47, 2003.

KISH, L. **Statistical design for research.** New York: Wiley, 1987.

LEVIN, J. & FOX, J. **Estatística para ciências humanas.** São Paulo: Prentice-Hall, 2004.

SIEGEL, S. **Estatística não-paramétrica para as ciências do comportamento.** São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1975.

Área de concentração: Governança e Inovação em Políticas Públicas

Nome: Políticas de emprego, trabalho e renda

Nível: Mestrado

Tipo (obg/opt): Optativa

Créditos: 04

Carga horária: 60 horas

Ementa

Fundamentar e analisar definições de políticas públicas de emprego, trabalho e renda e seus instrumentos de intervenção. Aprofundar fundamentos de economia do trabalho, e mercado de trabalho e fundamentos de políticas e mundo do trabalho sob ótica da OIT. Analisar o histórico, evolução e diagnóstico do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no Brasil, sob ótica federal e federativa. Analisar aspectos conceituais e aplicados de formulação e gestão das políticas de emprego, trabalho e renda no Brasil.

Bibliografia

CACCIAMALI, M. C.; TATEI, F. Dinâmica do mercado de trabalho no Brasil nos anos 2000: da euforia do ciclo expansivo e de inclusão social à frustração da recessão econômica. **Estudos Avançados**, v. 30, p. 103-123, 2016.

EHRENBERG, R. G.; SMITH, R. S. **A moderna economia do trabalho: teoria e política pública**. 5 ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

MORETTO, A.; MATOS, F.; MACAMBIRA, J.; CACCIAMALI, M. C. (orgs.) . **As transformações no mundo do trabalho e o Sistema Público de emprego como instrumento de inclusão social**. 1. ed. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, 2018. v. 1.

MATOS, F. (org.). **Boas Práticas de Serviços Públicos de Emprego no Brasil**. Brasília: BID, MTE, 2011.

COMPLEMENTAR

BIAVASCHI, M. B. O processo de construção e desconstrução da tela de proteção social do trabalho: tempos de regresso. **Estudos Avançados**, v. 30, p. 75-87, 2016.

BIAVASCHI, M. B.; TEIXEIRA, M. O. A terceirização e seu dinâmico processo de regulamentação no Brasil: limites e possibilidades. **Revista da ABET**, v.14, n.1, jan.-jun. 2015.

CACCIAMALI, M. C. ; MATOS, F. ; LIGIERO, A. P. Desenho e Gestão de uma Política Pública de Intermediação de Mão de Obra. **Idéias e Tendências em Foco**, v. 1, p. 9-48, 2008.

CACCIAMALI, M. C.; RIBEIRO, R. A.; MACAMBIRA, Júnior (orgs.). **Século XXI. Transformações e continuidades nas relações de trabalho**. 1. ed. Fortaleza: Instituto do Desenvolvimento do Trabalho; Banco do Nordeste; Universidade de São Paulo, 2011. v. 1.

CACCIAMALI, M. C. **Emprego, Desenvolvimento Humano e Trabalho Decente: a experiência brasileira recente**. Cepal/PNUD/OIT, 2008..

CARDOSO JUNIOR, J. C.; Gonzalez, R. ; MATOS, F. Políticas Públicas de Trabalho e Renda em Contexto de Baixo Crescimento Econômico: Experiência Brasileira Recente. In: MACAMBIRA, J.; CARLEIAL, L. M. F.; RAMOS, C. A. (orgs.). **Emprego, Trabalho e Políticas Públicas**. 1ed.Fortaleza: IDT, 2009, v. 1, p. 123-180.

KREIN, J.D.; GIMENEZ, D. M.; SANTOS, A. L (orgs.). **Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil**. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2018. 304 p.

MACAMBIRA, J. CARLEIAL, L. M. (orgs). **Emprego, trabalho e políticas públicas**. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, Banco do Nordeste do Brasil, 2009.

MATOS, F.; RUAS, C.; MARINHO, D. N. C.; BELLONI, J. A.; CACCIAMALI, M. C.; PEREIRA, M. P. **A Política e a Atividade de Microcrédito como Instrumento de Geração de Trabalho e Renda e Inclusão Produtiva**. 1. ed. Brasília: UnB-MTE, 2015. v. 1.

MATOS, F.; SILVA, D. F. L.. Políticas de Inclusão Produtiva e Qualificação Profissional: A Execução do PRONATEC Brasil Sem Miséria e o Seguro-Desemprego, na Bahia, no Ceará e em Sergipe. In: Macambira, J.; Andrade, F. B. (org.). **Estado e Políticas Sociais: Fundamentos e Experiências**. 1ed. Fortaleza: IDT-UECE, 2014, v. 1, p. 227-252.

OIT. **Políticas de Formalización en América Latina: Avances y Desafíos**. Lima: OIT, Oficina Regional para América Latina y el Caribe, FORLAC, 2018.

WORLD BANK. **World Development Report 2019: The Changing Nature of Work**. Washington, DC: World Bank, 2019.

Área de concentração: Governança e Inovação em Políticas Públicas

Nome: Políticas Públicas e (Des)envolvimento Territorial

Nível: Mestrado

Tipo (obg/opt): Optativa

Créditos: 04

Carga horária: 60 horas

Ementa

Apresentação crítica da dicotomia desenvolvimento/subdesenvolvimento. Conceitos de território e desenvolvimento territorial. Antecedentes teóricos da questão regional e urbana contemporânea. Abordagens críticas da economia política da urbanização e desenvolvimento regional. Debates teóricos contemporâneos sobre as transformações que o espaço urbano-regional vem sofrendo no mundo contemporâneo e suas implicações para as políticas públicas. Modelos de desenvolvimento territorial das agências internacionais e suas implicações para o sul-global. Objetivos: São objetivos do curso discutir compreensivamente e de forma crítica os conceitos: (a) de desenvolvimento e subdesenvolvimento; (b) local e global; (c) território e desenvolvimento a partir do território. Pretende oferecer subsídios para a compreensão da gestão de políticas públicas urbanas e regionais por meio de discussão de modelos existentes.

Bibliografia

BANERJEE, S. B. Quem sustenta o desenvolvimento de quem? O desenvolvimento sustentável e a reinvenção da natureza. **Contra-discurso do desenvolvimento sustentável**. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, 2003.

BRANDÃO, C. **Território & Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

DINIZ, C.C A questão regional e as políticas governamentais no Brasil. **Texto para Discussão**, n. 159. Belo Horizonte, Cedeplar-UFMG, 2001.

ESCOBAR, A. Territorios de diferencia: la ontología política de los “derechos al territorio”. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 35, p. 89-100, Dez./2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/viewFile/43540/27088>

HARVEY, D. O urbanismo e a cidade. In: **A justiça social e a cidade**. São Paulo: HUCITEC, 1980a.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais / projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MONTE-MÓR, R. Urbanização, sustentabilidade, desenvolvimento: complexidades e diversidades contemporâneas na produção do espaço urbano. In: In COSTA, G. M.; COSTA, H. S. M.; MONTE-MÓR, R.L (org). **Teorias e Práticas Urbanas: condições para a sociedade urbana**. Belo Horizonte: C/Arte, 2015

PAULA, J.A. O urbano como projeto, como crise e como promessa emancipatória. **Síntese Revista de Filosofia**, v. 33, n. 106, , 2010. Disponível em: <http://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/issue/view/292>

ESCOBAR, A. **Designs for the Pluriverse: radical interdependence, autonomy, and the making of worlds**. Duke University Press, 2018

ESTEVA, G.; BABONES, S. e BABCICKY, P. **The Future of Development: a radical manifesto**. Policy Press, 2013.

MYRDAL, G. **Economic Theory and Underdeveloped Regions**. London: Duckworth, 1957.

POLANYI, K. **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2000.

SACHS, W. **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Ed. Vozes, 2000

Área de concentração: Governança e Inovação em Políticas Públicas

Nome: Políticas de Governança Digital e os Desafios à Democracia

Nível: Mestrado

Tipo (obg/opt): Optativa

Créditos: 04

Carga horária: 60 horas

Ementa

Estado. Poder. Poder Simbólico. Tecnopolítica na Sociedade em Rede. Criptogoverno. Inovação e Valor público. Participação Política Digital e Transparência. Inovação Democrática. Governança Digital para produção colaborativa de políticas públicas, aprimoramento da gestão

e da prestação de serviços públicos aos cidadãos. Disseminação e Sustentabilidade das Inovações Democráticas no Setor Público. Regulação Transnacional e Governança da Internet. Desafios à Democracia Digital. Big Data para Políticas Públicas. Proteção de Dados Pessoais. Mídias Sociais para Avaliação e Monitoramento. Algoritmos, Modulação de Comportamento e de Políticas. Direitos Humanos e Direitos Digitais. Igualdade de Gênero. Liberdade de expressão na Internet.

Bibliografia

AGUNE, R.; ANTONIO, J. Experiência do Governo Eletrônico no Estado de São Paulo. In: BERNARDES, R.; ANDREASSI, T. (Orgs.) **Inovação em Serviços Intensivos em Conhecimento**. São Paulo: Saraiva, 2007.

AMADEU, S. S. **Tudo sobre tod@s**: redes digitais, privacidade e venda de dados pessoais. 1. ed. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2017. v. 1.

BOBBIO, N. **Democracia & Segredo**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

BOURDIEU, P. **Sobre o Estado. Cursos no Collège de France**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____. **Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 2009.

CANABARRO, D.; WAGNER, F. A governança da internet: definição, desafios e perspectivas. In: ENCONTRO DA ABCP, 9., Brasília: ABCP, 2014. **Anais...** Brasília: ABCP, 2014. Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/system/files/documentos/eventos/2017/04/governanca-internet-mudanca-tecnologica-redistribuicao-poder.pdf>

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **Redes de Indignação e Esperança**: movimentos sociais na era da Internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

_____. **O Poder da Comunicação**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

CEFAÏ, D. Públicos, Problemas Públicos, Arenas Públicas... o que nos ensina o pragmatismo (Parte 2). **Novos Estudos, CEBRAP**, v. 36, n. 2, p. 129-142, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002017000200129&script=sci_abstract&tlng=pt

COLEMAN, S. **Can the Internet Strengthen Democracy?** Cambridge: Polity Press, 2017.

FERRAREZI, E.; AMORIM, S. N.; TOMACHESKI, J. A. Sustentabilidade de iniciativas premiadas no Concurso Inovação: indícios de mudança da gestão no governo federal? **Cadernos ENAP**, n. 34, Brasília: ENAP, 2010.

FERREIRINHA, I.; RAITZ, T. As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. **Revista de Administração Pública (RAP)**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 2, 367-83, Mar/Abr, 2010.

FREITAS, C. S. Mecanismos de Dominação Simbólica nas Redes de Participação Política Digital. In: SILVA, S.; BRAGATTO, R.; SAMPAIO, R. **Democracia Digital, Comunicação Política e Redes: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016.

GOMES, W. 20 anos de política, Estado e democracias digitais: uma cartografia do campo. In: SILVA, S.; BRAGATTO, R.; SAMPAIO, R. **Democracia Digital, Comunicação Política e Redes: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016.

GOMES, W.; AMORIM, P.; ALMADA, M. Novos desafios para a ideia de Transparência Pública. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, E-compós**, Brasília, vol. 21, n. 2, maio/ago, 2018.

GURUMURTHY, A.; CHAMI, N. Internet Governance as Ideology in Practice – India's Free Basic Controversy. **Internet Policy Review: Journal on Internet Regulation**, v. 5, n. 3, 2016.

JASANOFF, S. Future Imperfect: Science, Technology, and the Imaginations of Modernity. In: JASANOFF, S.; SANG-HYUN, K. (Eds.). **Dreamscapes of modernity: sociotechnical imaginaries and the fabrication of power**. Chicago, EUA: The University of Chicago Press, 2015.

LATOUR, B. **Cogitamus**. São Paulo: Editora 34, 2016.

MAGRANI, E. **Democracia Conectada: a internet como ferramenta de engajamento político-democrático**. Rio de Janeiro: FGV Direito, 2014.

MAYER-SCHONBERGER, V.; CUKIER, K. **Big Data: como extrair volume, variedade, velocidade e valor da avalanche de informação cotidiana**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

PIMENTA, M.; CANABARRO, D. (Orgs) **Governança Digital**. Porto Alegre: Editora da UGRGS, 2014.

TIDD, J.; BESSANT, J.; PAVITT, K. **Gestão da Inovação**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

WACQUANT, L. (Org) **O Mistério do Ministério**. Pierre Bourdieu e a política democrática. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

WU, T. **Is the first amendment obsolete?** Columbia: Columbia University, Knight First Amendment Institute, 2017.

Área de concentração: Governança e Inovação em Políticas Públicas

Nome: Tributação no Terceiro Setor

Nível: Mestrado

Tipo (obg/opt): Optativa

Créditos: 04

Carga horária: 60 horas

Ementa

Tributo direto. Tributo Indireto. Renúncia Fiscal: imunidade e isenção tributárias. Renúncia de receita: serviço gratuito. O impacto da incidência/desoneração do tributo indireto no custo do serviço ofertado à comunidade/sociedade. Contribuição da renúncia fiscal do tributo direto na oferta de benefícios para a comunidade/sociedade. Tributação da produção e da renda: ciclo do produto e ciclo do tributo.

Bibliografia básica

BOLTON, PATRICK; MEHRAN, HAMID. An introduction to the governance and taxation of not-for-profit organizations. **Journal of Accounting and Economics**. v. 41, pp.293–305, 2006.

BRASIL. Constituição Federal. Brasília, 1988.

CLOTFELTER, CHARLES T. Tax-Induced Distortions in the Voluntary Sector. **Cas.W.Res.L.Rev.** v. 39, n.663, issues ¾, 1989.

DE FRANÇA, JOSÉ ANTONIO; SANDOVAL, WILFREDO SOSA. Marginal Effect of Direct Tax on Profits: A study on the Taxation of the Finance Industry in Brazil. **International Journal Economics Finance**. v.11, nr.3. <https://doi.org/10.5539/ijef.v11n3p>, 2019.

DEHNE, ANITA; FRIEDRICH, PETER; NAM, CHANG WOON; PARSCHE, RÜDIGER. Taxation of Nonprofit Associations in an International Comparison. **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**. V 37, nr. 4 (December), 2008.

FERREIRA, FERNANDA A. Asymmetric Taxation in a Competition Between Nonprofit and For-Profit Firms. **Proceedings of the World Congress on Engineering**. v. II, 2009.

JOHNSON, MARIANNE F. Differential taxation of for-profit and nonprofit firms: a computational general equilibrium approach. **Public finance review**. v. 31 nr.6, pp. 623-647. doi: 10.1177/109114210325457, 2003.

OMER, THOMAS C.; YETMAN, ROBERT J. Near Zero Taxable Income Reporting by Nonprofit Organizations. **The Journal of the American Taxation Association**. v.25, nr. 2, pp.19-34, 2003.

ONSTAD, OLE GJEMS. Value added taxation and the third sector. **Voluntas**: v.4, n. 3, pp. 372-394, 1993.

ROSENBAUM, SARA; KINDIG, DAVID A.; BAO, JIE; BYRNES, MAUREEN K.; O'LAUGHLIN, COLIN. The Value Of The Nonprofit Hospital Tax Exemption Was \$24.6 Billion In 2011. **Health Affairs**. v.34, nr. 7, pp. 1225–1233. Doi: 10.1377/hlthaff.2014.1424, 2015.

ROTHSCHILD, CASEY; SCHEUER, FLORIAN. A theory of Income Taxation Under Multidimensional Skill Heterogeneity. **National Bureau of Economic Research**. <https://www.nber.org/papers/w19822.pdf>, 2014.

STEINBERG, RICHARD. Economic Theories of Nonprofit Organizations: An Evaluation (Chap. 16). **The Study of the Nonprofit Enterprises: The theories and approaches**. Anheier and Ben-Ner. New York, 2003.

WALKER, MELISSA A.; SIPULT, LINSEY F. Nonprofit Sales Tax Exemption: Where Do States Draw the Line? **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**. v. 40, nr.6, pp. 1005–1019, 2011.

Área de concentração: Governança e Inovação em Políticas Públicas

Corpo docente

Nome: Ana Paula Antunes Martins (colaboradora)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7456591441811200>

Linha de pesquisa: Ação Pública e Inovação

Nome: Ana Paula Vidal Bastos (permanente exclusiva - coordenadora)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1992388595130579>

Linha de pesquisa: Ação Pública e Inovação

Nome: Beatriz Morgan (permanente exclusiva)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9695855057684384>

Linha de pesquisa: Ação Pública e Inovação

Nome: Clésia Camilo Pereira (permanente exclusiva)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8780262974510243>

Linha de pesquisa: Governança Pública e Terceiro Setor

Nome: Christiana Soares de Freitas (permanente)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5250541522722172>

Linha de pesquisa: Ação Pública e Inovação

Nome: Diana Vaz de Lima (permanente exclusiva)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1458221915017406>

Linha de pesquisa: Governança Pública e Terceiro Setor

Nome: Doriana Daroit (permanente)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/157324517363922>

Linha de pesquisa: Ação Pública e Inovação

Nome: Eduardo Tadeu Vieira (permanente exclusivo)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1114398561970191>

Linha de pesquisa: Governança Pública e Terceiro Setor

Nome: Elaine Rabelo Neiva (permanente)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5495905961378269>

Linha de pesquisa: Ação Pública e Inovação

Nome: Fernanda Natasha Bravo Cruz (permanente)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2541057791620746>

Linha de pesquisa: Ação Pública e Inovação

Nome: Franco de Matos (permanente)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2925522478177762>

Linha de pesquisa: Ação pública e inovação

Nome: Frederico Augusto Barbosa da Silva (colaborador)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2088412607903653>

Linha de pesquisa: Ação pública e inovação

Nome: Jales Dantas da Costa (permanente exclusivo)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7841911339485513>

Linha de pesquisa: Governança Pública e Terceiro Setor

Nome: José Antônio de França (permanente exclusivo)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7124125130377391>

Linha de pesquisa: Governança Pública e Terceiro Setor

Nome: José Marilson Martins Dantas (permanente exclusivo)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0245369616924416>

Linha de pesquisa: Governança Pública e Terceiro Setor

Nome: Magda de Lima Lúcio (permanente)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9967932202694567>

Linha de pesquisa: Governança Pública e Terceiro Setor

Nome: Luiz Fernando Macedo Bessa (permanente)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5332689423149315>

Linha de Pesquisa: Ação Pública e Inovação

Nome: Rosana de Freitas Boullosa (colaboradora)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7040703876962133>

Linha de pesquisa: Ação Pública e Inovação

Nome: Valdirene Daufemback (colaboradora)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3782283455301559>

Linha de pesquisa: Ação Pública e Inovação

Carga horária

Professores permanentes exclusivos: *15 horas*

Professores permanentes não-exclusivos: *15 horas*

Professores colaboradores: *8 horas*

Produção bibliográfica, artística e técnica

Nome: Ana Paula Antunes Martins (colaboradora)

Diretório CNPq:

dgp.cnpq.br/dgp/espelhorh/7456591441811200

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/graficos.do?metodo=apresentar&codRHCCript=K4282492U1&nome=Ana%20Paula%20Antunes%20Martins&chamadaExterna=true>

Nome: Ana Paula Vidal Bastos (permanente exclusiva - coordenadora)

Verificar indicadores de produção no Lattes <http://lattes.cnpq.br/1992388595130579>

Nome: Beatriz Morgan (permanente exclusiva)

Verificar indicadores de produção no Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9695855057684384>

Nome: Clésia Camilo Pereira (permanente exclusiva)

Diretório CNPq:

dgp.cnpq.br/dgp/espelhorh/8780262974510243

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/graficos.do?metodo=apresentar&codRHCCript=K4148156U9&nome=Clesia%20Camilo%20Pereira&chamadaExterna=true>

Nome: Christiana Soares de Freitas (permanente)

Diretório CNPq:

dgp.cnpq.br/dgp/espelhorh/5250541522722172

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/graficos.do?metodo=apresentar&codRHCCript=K4723454U2&nome=Christiana%20Soares%20de%20Freitas&chamadaExterna=true>

Nome: Diana Vaz de Lima (permanente exclusiva)

Diretório CNPq:

dgp.cnpq.br/dgp/espelhorh/1458221915017406

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/graficos.do?metodo=apresentar&codRHCCript=K4750727A0&nome=Diana%20Vaz%20de%20Lima&chamadaExterna=true>

Nome: Doriana Daroit (permanente)

Diretório CNPq:

dgp.cnpq.br/dgp/espelhorh/1573245173639222

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/graficos.do?metodo=apresentar&codRHCCript=K4769292T1&nome=Doriana%20Daroit&chamadaExterna=true>

Nome: Eduardo Tadeu Vieira (permanente exclusivo)

Diretório CNPq:

dgp.cnpq.br/dgp/espelhorh/1114398561970191

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/graficos.do?metodo=apresentar&codRHCCript=K4217291Y5&nome=Eduardo%20Tadeu%20Vieira&chamadaExterna=true>

Nome: Elaine Rabelo Neiva (permanente)

Diretório CNPq:

dgp.cnpq.br/dgp/espelhorh/5495905961378269

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/graficos.do?metodo=apresentar&codRHCCript=K4798555Z6&nome=Elaine%20Rabelo%20Neiva&chamadaExterna=true>

Nome: Fernanda Natasha Bravo Cruz (permanente)

Diretório CNPq:

<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhorh/0030386586>

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/graficos.do?metodo=apresentar&codRHCCript=K4288428D9&nome=Fernanda%20Natasha%20Bravo%20Cruz&chamadaExterna=true>

Nome: Franco de Matos (permanente)

Diretório CNPq:

dgp.cnpq.br/dgp/espelhorh/2925522478177762

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/graficos.do?metodo=apresentar&codRHCCript=K4795294P3&nome=Franco%20de%20Matos&chamadaExterna=true>

Nome: Frederico Augusto Barbosa da Silva (colaborador)

Diretório CNPq:

dgp.cnpq.br/dgp/espelhorh/2088412607903653

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/graficos.do?metodo=apresentar&codRHCCript=K4763776P4&nome=Frederico%20Augusto%20Barbosa%20da%20Silva&chamadaExterna=true>

Nome: Jales Dantas da Costa (permanente exclusivo)

Diretório CNPq:

dgp.cnpq.br/dgp/espelhorh/7841911339485513

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/graficos.do?metodo=apresentar&codRHCCript=K4526001Y0&nome=Jales%20Dantas%20da%20Costa&chamadaExterna=true>

Nome: José Antônio de França (permanente exclusivo)

Diretório CNPq: dgp.cnpq.br/dgp/espelhorh/7124125130377391

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/graficos.do?metodo=apresentar&codRHCCript=K4776225D9&nome=Jos%C3%A9%20Antonio%20de%20Fran%C3%A7a&chamadaExterna=true>

Nome: José Marilson Martins Dantas (permanente exclusivo)

Diretório CNPq: dgp.cnpq.br/dgp/espelhorh/0245369616924416

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/graficos.do?metodo=apresentar&codRHCCript=K4205513A9&nome=Jos%C3%A9%20Marilson%20Martins%20Dantas&chamadaExterna=true>

Nome: Magda de Lima Lúcio (permanente)

Diretório CNPq: dgp.cnpq.br/dgp/espelhorh/9967932202694567

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/graficos.do?metodo=apresentar&codRHCCript=K4706417H6&nome=Magda%20de%20Lima%20L%C3%BAcio&chamadaExterna=true>

Nome: Luiz Fernando Macedo Bessa (permanente)

Diretório CNPq: dgp.cnpq.br/dgp/espelhorh/5332689423149315

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/graficos.do?metodo=apresentar&codRHCCript=K4739733H0&nome=Luiz%20Fernando%20Macedo%20Bessa&chamadaExterna=true>

Nome: Rosana de Freitas Boullosa (colaboradora)

Diretório CNPq: dgp.cnpq.br/dgp/espelhorh/7040703876962133

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/graficos.do?metodo=apresentar&codRHCCript=K4794631H2&nome=Rosana%20de%20Freitas%20Boullosa&chamadaExterna=true>

Nome: Valdirene Daufemback (colaboradora)

Diretório CNPq: dgp.cnpq.br/dgp/espelhorh/3782283455301559

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/graficos.do?metodo=apresentar&codRHCCript=K4746567E4&nome=Valdirene%20Daufemback&chamadaExterna=true>

Projetos de pesquisa

Ação pública e inovação para o desenvolvimento

Componentes: Professores da linha de pesquisa “Ação pública e Inovação”

Início: 2019

Congrega as iniciativas voltadas à coprodução de políticas públicas, aos instrumentos e tecnologias de governança, ao mundo do trabalho, às políticas sociais, às redes sociais, à construção democrática do desenvolvimento e à gestão intersetorial em suas complementariedades, compondo investigações concernentes à produção de inovação e mudança em políticas públicas.

Governança pública e organizações da sociedade civil

Componentes: Professores da linha de pesquisa “Governança Pública e Terceiro Setor”

Início: 2019

Realiza iniciativas coletivas e interdisciplinares de pesquisas voltadas à governança pública, as ciências contábeis e atuariais, à gestão financeira e tributária do terceiro setor, às interfaces entre economia política e orçamento público, às parcerias público-privadas, à previdência pública, ao *accountability*, e à construção de inteligência pública para o governo aberto.

Tecnologias sociais de geração de emprego, trabalho e renda para mulheres na Cidade Estrutural: produção participativa de alternativas e diagnóstico de acesso às políticas públicas

- Franco de Matos, Ana Paula Antunes Martins
- Linha de pesquisa: Ação Pública e Inovação
- Início: 2018
- O projeto de extensão, em desenvolvimento é financiado pelo Decanato de Extensão da Universidade de Brasília por meio da concessão de 3 bolsas de extensão para estudantes de nível de graduação, no período de setembro de 2018 a julho de 2019, visa desenvolver tecnologias sociais de geração de trabalho, emprego e renda para mulheres da Cidade Estrutural. Tendo em vista a desativação do lixão em 2018, o presente projeto destina-se a realizar um diagnóstico participativo emancipador, voltado para a produção e sistematização coletiva de conhecimentos e saberes relacionados às atividades de coleta e reciclagem de lixo e dos efeitos da implementação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos naquele território. Com o resultado, será possível subsidiar um projeto mais amplo de inovação social apoiado pelo Decanato de Extensão por meio do Polo de Extensão da Estrutural da Universidade de Brasília. O projeto envolve dois professores doutores (Franco de Matos e Ana Paula Antunes Martins), ambos envolvidos na presente proposta, bem como 8 estudantes de graduação, sendo 3 delas bolsistas de extensão.

Desenvolvimento de Tecnologia Social para a Elaboração de Modelo de Cooperativas de Prestação de Serviços Autônomos - Aplicação de Piloto na Cidade Estrutural

- Franco de Matos, Ana Paula Antunes Martins, Magda de Lima Lúcio
- Linha de pesquisa: Ação Pública e Inovação
- Início: 2018
- O projeto se destina ao desenvolvimento de tecnologia e inovação social para a elaboração de modelo de cooperativas de prestação de serviços autônomos. A proposta, apresentada pelo Grupo de Gestão de Políticas para o Trabalho (GEPOLT), do Departamento de Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília, foi contemplada para a realização de pesquisa-ação com mulheres catadoras e recicladoras da Cidade Estrutural. Este território corresponde a uma das regiões administrativas de Brasília, e possui cerca de 45 mil habitantes. A ação justifica-se pela implementação da Política Nacional dos Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010), cujos efeitos requerem investigação, especialmente no tocante às condições de vida e trabalho de mulheres que atuavam como catadoras antes da desativação do lixão. Este projeto, em etapa inicial de implementação, poderá contar com a agregação de estudantes e pesquisadores dos níveis de graduação ou pós-graduação, uma vez que há demanda expressiva para a produção de

conhecimentos e saberes voltados para a produção de tecnologias sociais e inovação em contextos de vulnerabilidade social. Envolve seis professores doutores, sendo três deles membros da presentes proposta, além de 1 mestranda, 5 graduandas e 2 técnicos.

Tecnologias e instrumentos de ação pública transversal: análise e proposição de instrumentos de gestão Inovadores

- Início: 2014
- Doriana Daroit (coord); Luiz Fernando Macedo Bessa; Fernanda Natasha Bravo Cruz
- Linha de pesquisa: Ação Pública e Inovação
- A constituição do instrumento de gestão é o espaço das disputas coletivas e resulta da realização da ação. Logo, na gestão pública existe a necessidade de desenvolvimento de instrumentos específicos que não sejam portadores das contradições entre visão de mundo e finalidades esperadas e, ao mesmo tempo, tratem de forma reflexiva, concreta e pragmática os desafios de integração entre políticas, regulação, controle e viabilidade de execução. Esta abordagem é portadora de elementos inovativos, pois a compreensão do que seja gestão neste contexto dinâmico e complexo é transformada a partir da perspectiva da construção de instrumentos pela rede de atores agindo coletivamente. A gestão configura-se, assim, como ação coletiva reflexiva e artefatuizada. A partir desta abordagem que não exime os instrumentos de gestão da incorporação de elementos políticos na sua construção e implementação, colocamos como questões norteadoras deste estudo: como as políticas públicas vêm sendo implementadas? Quais as características dos instrumentos de gestão utilizados? Quais os instrumentos de gestão apresentam-se como inovadores ao reconhecer sua politicidade interna que reflita os anseios e expectativas dos atores envolvidos nos processos de formulação e implementação das políticas públicas e, simultaneamente, apresentem uma horizontalidade e transversalidade necessárias à coesão, articulação e cooperação entre políticas e organizações públicas? Como a ação pública pode ser entendida como norteadora de projetos de desenvolvimento nacionais? O projeto é liderado por professora do Departamento de Administração e conta com dois professores do GPP na equipe de pesquisa. Os três professores participam desta proposta na linha de pesquisa Ação Pública e Inovação. Há quatro estudantes de pós-graduação e dois estudantes de graduação.

Cadeias de Tradução na Coprodução de Políticas Públicas: a Lei Orgânica da Cultura do Distrito Federal

- Início: 2019
- Doriana Daroit (coord); Luiz Fernando Macedo Bessa; Fernanda Natasha Bravo Cruz
- Linha de pesquisa: Ação Pública e Inovação
- O projeto inclui a pesquisa “Cadeias de Tradução na Coprodução de Políticas Públicas: a Lei Orgânica da Cultura do Distrito Federal”, que busca discutir a coprodução de políticas públicas, partindo das cadeias de tradução e sua capacidade de conferir dinamicidade à ação pública, por meio do transporte e construção de significados e interesses em uma perspectiva participativa e da base para o topo da gestão pública. Por meio da discussão da ação pública, da Teoria Ator-Rede e da coprodução de políticas públicas e de sua

dinâmica tem-se por objetivo geral: investigar a produção das políticas públicas a partir das cadeias de tradução engendradas em processos participativos. A investigação será realizada por meio do estudo de caso da construção da Lei Orgânica da Cultura do Distrito Federal, dado que a mesma envolveu a participação de atores heterogêneos em um processo participativo de debate e elaboração, bem como atingiu todas as regiões administrativas do DF e buscou transformar a perspectiva da gestão pública no que se refere a sua democratização e desburocratização, transparência e fomento, ou seja, um processo que englobou diversos aspectos da gestão pública e da relação entre Estado, sociedade e mercado.

Práticas de gestão da mudança, redes sociais, comportamentos de apoio e bem-estar: é possível gerar bem-estar e apoio às mudanças com as práticas de gestão nos processos de mudança?

- Elaine Neiva (coord)
- Linha de pesquisa: Ação Pública e Inovação
- Início: 2018
- A mudança organizacional pode ser conceituada como um conjunto de alterações nos componentes organizacionais desencadeadas intencionalmente ou não por intervenções que tragam consequências para os resultados da organização e para seus membros. Esse projeto tem por objetivo aprofundar o conhecimento sobre a temática da mudança organizacional, tendo como foco o processo de mudança, as práticas de gestão, as relações sociais entre os membros, o comportamento de apoio às mudanças e o bem-estar dos empregados durante o período. Serão propostos dois estudos que versam sobre: 1) a influência das práticas de gestão da mudança, das razões e dos benefícios sobre o bem-estar e o comportamento de apoio às mudanças; e 2) a influência das redes sociais sobre o bem-estar e o comportamento de apoio às mudanças durante o processo de mudança na organização. Participarão do estudo profissionais de organizações públicas e privadas do Distrito Federal. O estudo envolverá pelo menos cinco organizações com representatividade de profissionais assegurada na amostra. A representatividade será avaliada por meio da obtenção de, pelo menos, 30% dos empregados da organização, envolvendo todas as unidades organizacionais. Serão utilizadas as seguintes medidas: Escala de Práticas de Gestão da Mudança; Escala de Razões e benefícios para a mudança; Instrumento de Comportamentos de apoio a mudança organizacional; Escala de Bem-estar no trabalho e Medidas de Redes Sociais Informais. Os instrumentos serão aplicados aos profissionais e aos gestores das unidades para avaliar as medidas individuais e as medidas no nível da unidade. Para análise dos dados serão utilizadas estatísticas descritivas, inferenciais multivariadas, análises envolvendo o nível individual e de grupo (análises multinível) e análises de redes sociais e análises por meio de equações estruturais. O Projeto foi contemplado no Programa Cátedras Brasil 2018 – ENAP, corresponde à Bolsa Produtividade 2016-2019 da coordenadora e é projeto beneficiado por Edital Universal do CNPq.

Mapeamento, Análise Sociotécnica e Monitoramento das Redes de Governança Digital no Brasil

- Christiana Soares de Freitas (coord)
- Linha de pesquisa: Ação Pública e Inovação
- Início: Março de 2014
- O projeto de pesquisa foi desenvolvido com financiamento do CNPq, Edital MCTI/CNPQ/Universal 14/2014 - Faixa C - até R\$ 120.000,00 Chamada Pública: 456347/2014-3
- Alunos envolvidos: 14 graduandos do curso de Gestão de Políticas Públicas da UnB e 2 do mestrado da Faculdade de Direito da UnB.
- O foco da pesquisa foi a compreensão das redes sociotécnicas de governança digital desenvolvidas no Brasil. O objetivo geral da pesquisa foi a construção de modelo teórico-metodológico para gestão estratégica e monitoramento das redes de governança digital a partir do mapeamento e análise dessas redes de acordo com a caracterização dos seus atores, dinâmicas de atuação e capacidade de governança.

Democracia versus censura e modulação de comportamento na internet:

Mapeamento e Análise das Redes de Governança Digital na América Latina e Caribe

- Christiana Soares de Freitas (coord)
- Linha de pesquisa: Ação Pública e Inovação
- Início: Março de 2019
- Apoio institucional e financeiro: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT.DD)
- Alunos envolvidos: dois doutorandos da Faculdade de Comunicação da UnB; 1 mestranda da Faculdade de Comunicação da UnB; 16 alunos da graduação do curso de Gestão de Políticas Públicas da UnB
- O objetivo geral da pesquisa é analisar a importância e o papel das redes de governança digital desenvolvidas na América Latina e Caribe. O foco é tanto no mapeamento e análise das práticas democráticas observadas a partir das iniciativas de e-participação (que buscam aprimorar processos de transparência e monitoramento de gastos governamentais), quanto nas práticas que desafiam a democracia, identificadas em processos políticos contemporâneos observados nos países da região, tais como práticas que violam direitos humanos fundamentais como o direito à liberdade de expressão na internet. Exemplos incluem o uso, por parte de movimentos políticos organizados, de recursos tecnológico-informacionais para impedir o funcionamento de determinados grupos e comunidades nas redes sociais, ameaçar seus líderes e moderadores por posicionamentos políticos específicos, criar perfis falsos e notícias falsas para formação de opinião e modulação de comportamento e de políticas.

Revoluções e contrarrevoluções na América Latina

- Jales Dantas da Costa (coordenador)
- Linha de pesquisa: Governança Pública e Terceiro Setor
- Início: 2014

- Alunos envolvidos: 6
- Estabelecido de 2014, o projeto Revoluções e Contrarrevoluções na América Latina objetiva estudar e pesquisar os processos revolucionários e contrarrevolucionários ocorridos na região, desde a revolução mexicana no início do século XX até a contemporaneidade, e os impactos desses processos nas conformações de Governança dos Estados nacionais, particularmente as suas políticas econômicas e sociais, e envolvimento do Terceiro Setor. Um dos docentes envolvidos nesta proposta, oriundo do Departamento de Economia da UnB, lidera o projeto. Há também pesquisadores da Universidade Federal da Paraíba.

Análise de Dinâmicas de Ação Pública Transversal e Participativa

- Fernanda Natasha Bravo Cruz (coordenadora)
- Linha de pesquisa: Ação Pública e Inovação
- Início: Junho de 2016
- Há instituições e eventos participativos que consideram a complexidade e a multidimensionalidade de problemas públicos, exigentes de esforços de reconfiguração da gestão pública. Em geral viabilizadas em caráter democrático no advento da Constituição cidadã, as iniciativas foram aprofundadas e contaram com profundas mudanças em sua composição, propósitos e modos de atuação desde os anos 2000. Propomos considerar as dinâmicas de interações socioestatais e transversais nestes fóruns híbridos, numa releitura das definições atribuídas à gestão intersetorial e transversal, reconhecendo potenciais e limites conceituais para articulá-las às categorias de complexidade, ação coletiva e ação pública, bem como às noções de dialógica, saberes e relações, referencial e instrumento - este último, definidor da expressão de diretrizes, modelos organizacionais, mudanças e efeitos de instituições e eventos participativos. Para considerar o caráter participativo, tratamos como elementos da instrumentação os repertórios de interação dos atores. Com o suporte de entrevistas, da observação de práticas e da análise documental de regimentos internos, decretos, resoluções, portarias, moções, atas, transcrições e relatórios, analisamos como operam instrumentos de ação pública transversal e participativa. O projeto é coordenado por professora do GPP que participa desta proposta e atualmente conta com três estudantes de graduação em pesquisa de iniciação científica, referiu-se a oito orientações de trabalho de conclusão de curso de graduação concluídas, além de engajar os processos de orientação e pesquisa de quatro estudantes de mestrado profissional.

Práticas de gestão participativa e análise dos instrumentos de gestão que visam o controle social: uma análise dos relatórios anuais de gestão

- José Marilson Martins Dantas (coordenador), Magda de Lima Lúcio
- Linha de pesquisa: Governança Pública e Terceiro Setor
- Início: 2017
- Dentre os objetivos alcançados citamos a capacidade de intervir na elaboração da nova plataforma de prestação de informações e contas das prefeituras aos órgãos de controle interno e externo, bem como aos conselhos de saúde, denominada DigSUS. Trata-se de

um Sistema de Gestão para registro de informações relativas aos instrumentos de planejamento em saúde de estados, Distrito Federal e municípios. O DigSUS Módulo Planejamento - DGMP - possibilitará o registro sequencial das Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores do Plano de Saúde, anualização das metas e lançamento de previsão orçamentária da Programação Anual de Saúde; elaboração do Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior e do Relatório Anual de Gestão; e permitirá ainda o registro de metas da Pactuação Interfederativa de Indicadores. O referido Sistema encontra-se em fase de migração do Relatório Anual de Gestão - RAGSUS - para DGMP. A pesquisa já foi apresentada para várias instâncias do Ministério da Saúde, bem como na Comissão Intergestores Tripartite, instância máxima da gestão do Sistema Único de Saúde. A pesquisa contou com uma equipe de profissionais (docentes e discentes) da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas (FACE) e Faculdade de Ciências da Saúde (FS). O projeto, encerrado em dezembro de 2018, foi executado por meio do Termo de Execução Descentralizada 53/2017, no valor de R\$ 351.000,00 - Parceria entre pesquisadores da FACE/UnB e Ministério da Saúde/ Departamento de Articulação Interfederativa/ Coordenação-Geral de Articulação de Instrumentos da Gestão –CGAIG. Os pesquisadores foram remunerados de acordo com as normas internas da Universidade de Brasília, previstas na Resolução do Conselho de Administração Nº 0003/2018.

Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde / aprimoramento da articulação e cooperação interfederativa para análise, estudos e apoio ao planejamento, regionalização e articulação entre os entes federados frente à gestão do SUS

- Magda de Lima Lúcio (coordenadora); José Marilson Martins Dantas
- Linha de pesquisa: Governança Pública e Terceiro Setor
- Início: 2017
- A primeira fase da pesquisa foi concluída em dezembro de 2018 e abordou diretamente a discussão acerca do termo governança e sua relação com as ações em curso entre instituições governamentais e Tribunal de Contas da União - TCU, tanto em suas auditorias operacionais, como em suas auditorias ex post. A pesquisa analisou o papel destas ações e o impacto destas na ação pública, em particular nos atos da gestão pública, bem como na gestão de políticas públicas. Em particular, o impacto na gestão do Sistema Único de Saúde no Brasil. A pesquisa demonstrou que o termo Governança tem sido bastante utilizado, muitas vezes, de maneira informal, sem levar em conta sua capacidade de influenciar ou mesmo influir em decisões estratégicas nos três níveis federativos. Coube a esta pesquisa realizar uma revisão sistemática da categoria governança no setor público sob três lentes, a saber: em nível nacional e internacional; em sistemas públicos de saúde; e por fim, sua utilização como categoria estruturante do pacto interfederativo do Sistema Único de Saúde brasileiro. Buscou-se enunciar o caráter polissêmico da categoria e em que medida poderá ser a categoria estruturante de um sistema que possa ser denominado como sistema de governança e gestão do SUS. Espera-se ao final da pesquisa um modelo de gestão e governança do SUS com base nos princípios da

regionalização tendo como suporte o planejamento ascendente, já previsto no arcabouço normativo do SUS, porém ainda não implementado.

Governança nas Instituições de Educação Superior

- Magda de Lima Lucio (coordenadora); José Marilson Martins Dantas
- Início: 2018
- Linha de pesquisa: Governança Pública e Terceiro Setor
- Trata-se de uma ação de Extensão Tecnológica, de acordo com o previsto no Decreto nº 9.283/2018, que regulamenta o Novo Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei nº 13.243/2016), a partir da Lei nº 10.973/2004 e da Emenda Constitucional no. 85/2015. Esta ação objetiva apoiar a implantação do Sistema de Governança, desenvolvido por pesquisadores da UnB/FACE, bem como desenvolver um selo de governança com o intuito de aprimorar os procedimentos de gestão acadêmica, com foco nas ações administrativo-financeiras. O Selo será aplicado em todas as IES, por adesão. Na vigência desta ação serão contempladas 20 Instituições de Educação Superior, por adesão voluntária.

Escola Livre em Gestão Social

- Rosana de Freitas Boullosa (coordenadora), Luiz Fernando Macedo Bessa, Ana Paula Antunes Martins
- Linha de pesquisa: Ação Pública e Inovação
- Início: 2015
- Editais de fomento: Edital Universal CNPq 2018 (2019-2021); Edital Demanda Espontânea da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal 2018 (2019-2021); Bolsa de Produtividade DT 2018 (2019-2021)
- Busca construir e oferecer processos de formação livre e certificada em gestão social, nas modalidades presencial e a distância, por meio de percursos formativos, de natureza tecnológica, que visem, portanto, a transformação e ampliação das suas bases e de seus repertórios de conhecimento aplicado, para públicos específicos formados por praticantes em gestão social e suas áreas temáticas, envolvidos em processos de políticas públicas, inseridos particularmente no Centro-Oeste e Nordeste do país, composto sobretudo por gestores públicos locais, organizações sociais, organizações comunitária, conselhos locais e outras esferas de participação pública institucionalizada ou em vias de institucionalização. As principais áreas temáticas a serem trabalhadas, dentro da sua natureza tecnológica, além da própria gestão social, são: avaliação e monitoramento, elaboração de projetos, implementação de instrumentos de políticas públicas, instrumentos de participação democrática, problemas públicos, desenvolvimento territorial, gestão de conflitos, arte pública, economia do compartilhamento, dentre outros, envolvendo as noções de transversalidade em políticas públicas.

Laboratório de Pesquisa e Extensão do Terceiro Setor

- Coordenador: José Antonio de França. Participam: José Antonio de França; Eduardo Tadeu Vieira; Paulo César de Melo Mendes; José Humberto Cruz; Rubens Peres Forster; Clesia Camilo Pereira
- A proposta de Ação de Extensão: 60594, com vigência de 15/10/2018 a 15/10/2020, tem por objetivo disseminar conhecimento na gestão das entidades sem a finalidade de lucro por meio de (a) proposição de metodologias de avaliação de desempenho; (b) orientação para elaboração de relatórios e demonstrações financeiras; (c) orientação para elaboração de prestação de contas; (d) orientação para elaboração do planejamento contábil; (d) produção de pesquisa que contribua para o desenvolvimento da gestão das entidades e benefício da sociedade; (e) oficinas de trabalho com executivos e contadores das entidades do terceiro setor; e construção de uma base de dados contemplando as entidades do terceiro setor veladas pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT).

Balcão Universitário

- Coordenadora: Clésia Camilo Pereira. Participam: José Antonio de França; Eduardo Tadeu Vieira; Paulo César de Melo Mendes; José Humberto Cruz; Rubens Peres Forster.
- O projeto tem por objetivo promover estudos e pesquisas na área de gestão fiscal, tendo como premissa a promoção de estudos voltados para o exercício da cidadania e da responsabilidade social do profissional da contabilidade. A área de atuação desse projeto contempla o conhecimento e discussão: dos atributos dos tributos (principal fonte de receita do Estado) nas esferas da União, Estados e Municípios; da realização de planejamento tributário; dos benefícios fiscais; e da responsabilidade social do contador no exercício de sua profissão. E ainda temas como a renúncia fiscal: imunidade e isenção tributárias. Esse projeto de Extensão tem apoio da Secretaria da Receita Federal do Brasil, através do Acordo de Cooperação 5/2018. A Proposta de Ação de Extensão vigente é 55114.

Vínculos de docentes às disciplinas

- Governança e inovação em políticas públicas
 - *Christiana Freitas, Doriana Daroit, Diana Vaz*
- Metodologia de pesquisa interdisciplinar
 - *Magda de Lima Lúcio, Clésia Pereira*
- *Design* de projeto de intervenção
 - *Ana Paula Vidal Bastos, Fernanda Natasha Bravo Cruz, José Marilson Martins Dantas*
- Ação pública e participação social
 - *Ana Paula Antunes Martins, Christiana Freitas*

- *Accountability* e ação pública
 - *Beatriz Morgan, Clesia Pereira, Diana Vaz*
- Contabilidade aplicada à gestão pública
 - *Diana Vaz, José Marilson Martins Dantas*
- Políticas públicas e (des)envolvimento territorial
 - *Ana Paula Vidal Bastos, Luiz Fernando Bessa, Clésia Pereira*
- Economia política e orçamento público
 - *Jales Dantas da Costa, Diana Vaz*
- Empreendedorismo e terceiro setor
 - *José Antonio de França, Clesia Pereira*
- Estudos críticos em políticas públicas
 - *Rosana Boullosa, Luiz Fernando Macedo Bessa*
- Governança de políticas penais
 - *Valdirene Daufemback, Franco de Matos*
- Gestão no terceiro setor
 - *José Antonio de França, Clésia Pereira, Eduardo Tadeu Vieira*
- Gestão social e políticas públicas
 - *Rosana Boullosa, Ana Paula Antunes Martins, Luiz Fernando Macedo Bessa*
- Gestão transversal e redes de políticas públicas
 - *Doriana Daroit, Fernanda Natasha Bravo Cruz*
- Inovação e mudança na ação pública
 - *Doriana Daroit, Christiana Freitas, Frederico Barbosa*
- Métodos inferenciais aplicados
 - *Elaine Neiva, Ana Paula Vidal Bastos*
- Políticas de emprego, trabalho e renda
 - *Franco de Matos, Frederico Barbosa*
- Políticas de Governança Digital e os desafios à Democracia
 - *Christiana Freitas, Fernanda Natasha Bravo Cruz*
- Tributação no terceiro setor

- *José Antonio de França, Eduardo Tadeu Vieira, Clésia Pereira*

Atividades dos docentes

Exclusivo para Sucupira. Incluir no formulário, conforme currículo Lattes e DGP/CNPq, apenas os totais (quantitativos) correspondentes à produção (quantidade de artigos, quantidade de livros, quantidade de capítulos de livros, entre outras) e às orientações concluídas de cada docente no decorrer de toda a sua vida acadêmica. Os links de Lattes e espelhos de pesquisadores no diretório de grupos de pesquisa constam no item 'Produção bibliográfica, artística e técnica'

Infraestrutura

O campus Universitário Darcy Ribeiro, na Asa Norte de Brasília, é a unidade central da UnB, ocupando uma área com 3.950.569,07 km², sendo 513.767,16 m² de área construída e 32.138 m² de área de laboratórios. É composto por doze institutos, onze faculdades, 55 departamentos, cerca de 440 laboratórios, 21 centros, sete decanatos, seis órgãos complementares (Biblioteca Central, Centro de Informática, Editora Universidade de Brasília, UnBTV e Hospital Universitário de Brasília) e seis secretarias. Ainda há o Hospital-Escola para Animais de Pequeno Porte. Possui 60 Cursos de Graduação, em março de 2018 haviam 32.774 alunos matriculados no campus.

O Campus Darcy Ribeiro conta com acesso à rede wireless para conexão à Internet e acesso aos sistemas de matrícula, biblioteca, e outros sistemas administrativos e acadêmicos que compõem as atividades acadêmicas da Universidade. Boa parte destes sistemas, como biblioteca, podem ser acessados de computadores externos à rede da UnB. A Universidade conta com um ambiente virtual de aprendizagem (AVA) possibilitando a integração entre os encontros presenciais e as Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTICs). Neste ambiente os estudantes podem se comunicar diretamente com seu professor e seus colegas de classe, ter acesso a textos, planos de ensino, bem como realizar atividades pedagógicas, como produção de textos via ferramenta wiki, dentre outros recursos disponíveis nesta modalidade pedagógica (Plataforma aprender usando o Moodle: www.aprender.unb.br). O Centro de Informática (CPD) centraliza o processamento eletrônico de informações acadêmico-administrativas, apoia as atividades de pesquisa desenvolvidas na UnB e proporciona orientação a professores e alunos na utilização de recursos de informática. O CPD é responsável pela liberação do acesso aos estudantes e professores ao e-mail institucional para que possam acompanhar as informações e atividades cotidianas da comunidade acadêmica, dentre outras atividades. O Centro de Processamento de Dados da UnB (CPD) tem ainda à disposição da comunidade universitária servidores IBM Netfinity que servem aos sistemas acadêmicos e aos sistemas administrativos. Há também no CPD um sistema distribuído com conexão em fibra ótica do tipo ATM de 155 a 655 Mbps, denominado REDUnB. O CPD gerencia esta rede por meio de roteador Internet e conecta-se a infoway de 2Mbps da Rede Nacional de Pesquisa e mais 6Mbps adicionais conectados diretamente ao backbone da EMBRATEL.

O prédio da FACE atende à legislação sobre acessibilidade, com rampas que possibilitam acesso às suas instalações, contemplando demandas de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Também possui sinalização de piso para deficiente visual. Inaugurado em 15 de outubro de 2012, o prédio da Faculdade possui uma área construída de 8.000 m², com 8 salas de aula; cento e trinta e cinco salas para professores; 4 salas para grupos de pesquisas; sala de estudos para pós-graduandos, com nichos para estudos individuais; e 4 laboratórios de informática, com trinta computadores com acesso à internet em cada laboratório.

Todos os docentes da FACE possuem salas próprias, sendo a grande maioria individuais. Para a convivência docente, geralmente é utilizada alguma sala de reunião da Face. No mesmo prédio estão localizados dois laboratórios especializados, de uso coletivo para os estudantes de todos os cursos da Faculdade. Há salas de aula disponíveis para a pós-graduação no prédio da FACE, bem nos dois pavilhões ao lado, o Anísio Teixeira e o João Calmon e todas são equipadas com aparelhos para fins didáticos e visuais, com acesso à internet e acomodação para a quantidade de estudantes prevista em cada disciplina. A FACE tem uma política de espaço aberto. Na Faculdade, os cursos de graduação e pós-graduação da FACE contam com ampla secretaria de pós-graduação, onde também poderá ser sediada a Secretaria do PPGGIPP.

Laboratórios para pesquisa

Grupo de Pesquisa em Instrumentos e Tecnologias de Gestão (GEPIN)

Espelho: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/1267213890058475

Linhas de pesquisa: Ação Pública e Inovação; Governança Pública e Terceiro Setor

Instauração: 2011

Líderes: Magda de Lima Lúcio, Doriana Daroit.

Demais pesquisadores desta proposta: Christiana Freitas, Fernanda Cruz, Luiz Fernando Bessa

Pesquisadores:

09 Doutores; 03 Mestres; 02 Graduandos; 01 Mestrando; 01 Doutorando.

Grupo de Pesquisa Estado, Regulação, Internet e Sociedade (GERIS)

Espelho: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/4379831620276835

Linha de pesquisa: Ação Pública e Inovação

Instauração: 2015

Líder: Christiana Soares de Freitas

Demais pesquisadores desta proposta: Fernanda Cruz, Magda Lúcio

Pesquisadores:

10 Doutores; 01 Mestre; 03 Graduandos; 04 Mestrandos; 01 Doutorando.

Grupo de Estudos e Pesquisas em Governos Locais (GEPGL)

Espelho: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9355812476903491

Linha de pesquisa: Governança Pública e Terceiro Setor

Instauração: 2017

Líder: Diana Vaz de Lima

Pesquisadores: 05 Doutores; 01 Mestre; 04 Graduandos.

Grupo Inovare de Estudos sobre Mudança nas Organizações e Redes Sociais

Espelho: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/8243091217868933

Linha de pesquisa: Ação Pública e Inovação

Instauração: 2017

Líder: Elaine Rabelo Neiva

Demais pesquisadores desta proposta: Doriana Daroit

Pesquisadores:

09 Doutores; 06 Mestre; 02 Mestrandos; 03 Doutorandos; 02 Graduandos.

Laboratório de Gestão de Políticas Penais - LabGEPEN

Espelho: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/3398611284425323

Linha de pesquisa: Ação Pública e Inovação

Instauração: 2017

Líderes: Magda de Lima Lúcio, Franco de Matos.

Demais pesquisadores desta proposta: Fernanda Cruz, Valdirene Daufemback.

Pesquisadores:

Doutores: 34; Mestres: 22; Graduandos: 06; Mestrando:01.

Laboratório de Ação Pública para o Desenvolvimento Democrático - LAP2D

Espelho: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/5987974460368305

Linha de pesquisa: Ação Pública e Inovação

Instauração: 2019

Líderes: Doriana Daroit, Fernanda Cruz

Pesquisadores:

Doutores: 5; Doutorandos: 2; Graduandos: 2; Mestrando:01.

Previdência Social no Brasil: equilíbrios e perspectivas

Espelho: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/3398611284425323

Linha de pesquisa: Governança Pública e Terceiro Setor

Instauração: 2010

Vice-líder: Diana Vaz de Lima

Pesquisadores: 07 Doutores; 03 graduandos.

Lei e Sociedade

Espelho: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9654466381989163

Linha de pesquisa: Ação pública e inovação

Instauração: 2002

Líder: Frederico Augusto Barbosa de Souza

Pesquisadores: 06 Doutores; 03 mestres; 01 graduado; 01 graduando.

Gestão e Políticas do Trabalho - GEPOLT

Espelho: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/8700382025420223

Linha de pesquisa: Ação Pública e Inovação

Instauração: 2018

Líderes: Magda de Lima Lúcio, Franco de Matos

Demais pesquisadores desta proposta: Ana Paula Martins

Pesquisadores: 05 doutores; 04 mestres; 05 graduandos; 01 mestrando; 01 técnico.

Processos de Inovação e Aprendizagem em Políticas Públicas e Gestão Social

Espelho: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/7438584994523304

Linhas de pesquisa: Ação Pública e Inovação

Instauração: 2011

Líder: Rosana de Freitas Boulosa

Demais pesquisadores desta proposta: Ana Paula Martins, Luiz Fernando Bessa

Pesquisadores: 08 doutores, 03 graduandos, 01 doutorando.

Public Intelligence Laboratory - PILab

dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/2105163689177710

Linha de pesquisa: Governança Pública e Terceiro Setor

Instauração: 2017

Líderes: José Marilson Martins Dantas, Magda de Lima Lúcio

Pesquisadores: 04 doutores, 01 mestre, 01 especialista, 03 graduados.

Laboratório de pesquisa no terceiro setor - LPETS

dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9355812476903491

Linha de pesquisa: Governança Pública e Terceiro Setor

Instauração: 2017

Líder: Clésia Camilo Pereira

Demais pesquisadores desta proposta: José Antônio de França; Eduardo Tadeu Vieira.

Pesquisadores: 05 doutores, 01 técnico, 02 graduandos.

Caracterização do acervo da biblioteca

A Biblioteca Central da Universidade de Brasília (BCE/UnB) possui área de 16.200 m². Permanece aberta 24 horas durante os dias úteis e com plantão durante sábados, domingos e feriados (8h às 17:45h). A Biblioteca Central da UnB disponibiliza acesso a bases de dados nacionais e internacionais, que abrangem as diversas áreas do conhecimento. Conta com acervo constituído por aproximadamente 1,5 milhão de exemplares entre livros, periódicos, teses, dissertações, outros documentos e coleções especiais. A BCE oferece uma série de serviços: 1. Elaboração de fichas catalográficas para teses e dissertações 2. Comutação Bibliográfica – COMUT; 3. Laboratórios de acesso digital; 4. Auditório, Sala de Treinamento e Sala de Aula; 5. Cabines de Áudio e Vídeo; 6. Visitas Orientadas; 7. Treinamento em Bases de Dados; 8. Empréstimo de Normas Bibliográficas. Em relação ao acesso ao acervo digital a BCE possui as seguintes bibliotecas virtuais: Biblioteca Digital de Monografias de Graduação e Especialização (BDM); b. Biblioteca Digital e Sonora (BDS), com o objetivo de atender a demanda de

deficientes visuais; c. Repositório Institucional, para a gestão e disseminação da produção científica e acadêmica da UnB; d. Diretório de Periódicos, que reúne em um único site os periódicos acadêmicos da Universidade que se adequem a critérios preestabelecidos, por meio do software Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER). O acesso a essas bases de dados é vinculado à REDUnB, entretanto aos alunos, professores e servidores da UnB é permitido o acesso remoto. O acesso para a comunidade em geral é livre no espaço físico da Biblioteca, através de rede sem fio. Todo o acervo encontra-se ordenado por assunto de acordo com a Classificação Decimal Universal (CDU).

A BCE também proporciona aos estudantes e pesquisadores acesso a importantes bases de dados. A BCE/UnB tem acesso direto ao Portal da Capes, que oferece acesso aos textos completos de artigos de mais de 12 mil revistas internacionais, nacionais e estrangeiras, e mais de 120 bases de dados com resumos de documentos em todas as áreas do conhecimento. O uso do Portal é livre e gratuito para os usuários da UnB. O acesso é realizado a partir de qualquer computador ligado à Internet localizado dentro da UnB ou por pessoas que possuam autorização (carteira de estudante atualizada) para acessá-lo de fora (alunos de pós-graduação, professores e funcionários). Além do Portal Capes, a BCE também conta com outras bases de dados de acesso restrito: Academic Search Ultimate, Jstor, SciVal/Elsevier e Proquest, e suas reconhecidas amplas bases de dados; a Biblioteca Virtual Universitária da Pearson, a Early European Books (EEB), a Early English Books Online (EEBO), a Ebook Central (antiga Ebrary), a base eBook Academic Collection (EBSCO), a Minha Biblioteca, e a Oxford Scholarship Online, com grandes acervos de livros digitais; a Hein Online, para pesquisas interdisciplinares com a área do direito; o Portal Saúde Baseada em Evidências, do Ministério da Saúde, Capes e Organização Pan Americana da Saúde, para pesquisas interdisciplinares com a área da saúde; e a Target GEDWeb e seu Sistema de Gestão de Normas e Documentos Regulatórios, importante às pesquisas do campo da gestão estratégica e inovação pública, que permite acesso à regulamentação técnica (normas, regulamentos, portarias, resoluções, conformidades) como: normas ABNT NBR/NM; normas internacionais e estrangeiras; diários oficiais da união, regulamentos técnicos/portarias do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), Normas Regulamentadoras da Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia (antigo MTE), resoluções da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), procedimentos do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), procedimentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), resoluções do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA).

Biblioteca ligada à rede mundial de computadores?

Sim

Financiamentos

O curso de especialização em andamento contam com retorno bastante satisfatório dos alunos e dos gestores da área de Planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério da Saúde. Já há

interesse tanto do Ministério da Saúde como do Ministério da Educação em contratar turmas de mestrado profissional com o perfil desta proposta.

Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde / aprimoramento da articulação e cooperação interfederativa para análise, estudos e apoio ao planejamento, regionalização e articulação entre os entes federados frente à gestão do SUS

- Coordenadora: Profa. Magda de Lima Lucio.
- Termo de Execução Descentralizada - 52/2017 - Valor R\$ 1.562.000,00. Parceria entre pesquisadores da FACE/UnB e Ministério da Saúde/ Departamento de Articulação Interfederativa. Foram previstos auxílios a pesquisadores e discentes, de acordo com as normas internas da Universidade de Brasília, previstas na Resolução do Conselho de Administração N° 0003/2018. Há previsão de diárias e passagens para realização dos objetivos propostos. Descrição no item projetos de pesquisa.

Governança nas Instituições de Educação Superior

- Coordenadora: Magda de Lima Lucio
- Termo de Execução Descentralizada sendo finalizado - Valor Previsto - R\$ 750.000,00 - Parceria entre pesquisadores da FACE/UnB e Ministério da Educação/Secretaria de Educação Superior/ SESU/Departamento de Desenvolvimento das Instituições Federais de Educação Superior/DIFES. Foram previstos auxílios a pesquisadores e discentes, de acordo com as normas internas da Universidade de Brasília, previstas na Resolução do Conselho de Administração N° 0003/2018. Há previsão de auxílio financeiro para suporte técnico-administrativo, de diárias e passagens para realização dos objetivos propostos. Descrição no item projetos de pesquisa.

Curso de Especialização em Orçamento e Políticas Públicas

- Coordenador: José Marilson Martins Dantas
- Termo de Execução Descentralizada 101/2018 - Valor R\$ 549.707,85 - Parceria entre docentes da FACE/UnB e Ministério da Saúde/Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas/CODEP. A concepção deste curso apoia a proposição desta APCN e tendo no centro a disciplina Metodologia executada como um Laboratório de Imersão. Há uma articulação vigorosa entre a atuação prática dos gestores e a concepção teórico-metodológica do curso de especialização. Os profissionais envolvidos são remunerados por hora/aula; há previsão de duas bolsas de pesquisa, diárias e passagens como suporte às atividades do curso.

Escola Livre em Gestão Social: formação tecnológica para processos de políticas públicas

- Coordenadora: Rosana de Freitas Boullosa
- Chamada MCTIC/CNPq No 28/2018 - Edital Universal 2018
Valor Global: R\$ 15.500,00
Bolsas: Apoio Técnico a Pesquisa - AT 1A; Modalidade: Extensão no País - EXP Nível: C
- Edital Demanda Espontânea da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal 2018

Instituição de Vínculo: Universidade de Brasília/UnB-DF

Ano: 2019-2021

Valor Global: R\$ 113.146,00

Descrição no item projetos de pesquisa.

Cadeias de Tradução na Coprodução de Políticas Públicas: a Lei Orgânica da Cultura do Distrito Federal

- Coordenadora: Doriana Daroit. Participam: Fernanda Cruz e Luiz Fernando Macedo Bessa.
- O projeto de pesquisa obteve aprovação no Edital 03/2018 - FAPDF (Faixa B - de R\$35.000,00 a R\$70.000,00) e aguarda assinatura do Termo de Outorga e Aceitação (TOA). Descrição apresentada no projeto de pesquisa “Tecnologias e instrumentos de ação pública transversal: análise e proposição de instrumentos de gestão inovadores”

Desenvolvimento de Tecnologia Social para a Elaboração de Modelo de Cooperativas de Prestação de Serviços Autônomos - Aplicação de Piloto na Cidade Estrutural

- Coordenador: Franco de Matos; Participa: Ana Paula Antunes Martins
- O projeto, em desenvolvimento, é financiado pelo CNPq no período de 02/2019 a 01/2020, por meio do Edital n. 36/2018, no valor de 100 mil reais. Descrição no item projetos de pesquisa.